



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO TRÊS RIOS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS - DCEEX**

**ALINE DA COSTA LOURENÇO**

**DA COLONIZAÇÃO AOS DESMEMBRAMENTOS:**  
**UMA BREVE HISTÓRIA DA TRAJETÓRIA DE RIO POMBA**  
**(1767 – 1962)**

**TRÊS RIOS - RJ**  
**2015**

**ALINE DA COSTA LOURENÇO**

**DA COLONIZAÇÃO AOS DESMEMBRAMENTOS:  
UMA BREVE HISTÓRIA DA TRAJETÓRIA DE RIO POMBA  
(1767 – 1962)**

Monografia de conclusão de curso  
apresentada ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, instituto Três Rios.

**Orientador:** Cid de Oliva Botelho Junior.

## **AGRADECIMENTO**

No desenvolvimento deste trabalho várias pessoas foram fundamentais. Portanto, agradeço à professora Maria Helena Facirolli e ao professor Fernando Henrique Lemos, sem suas aulas de Técnica de Pesquisa eu não saberia por onde começar.

Ao professor Cid Botelho, pela orientação, pela leitura dos textos e pela habilidade de saber onde o trabalho precisava ser melhorado.

Ao Fernando Lamas, pela disposição em me ajudar com o seu conhecimento, pela bibliografia sugerida e pela orientação.

Ao Antônio Fernando Fernandes, Assuéro Araújo, Vinícius Leal, pelo livro doado e pela generosidade das fontes disponibilizadas.

Ao Ângelo Carrara, por me ajudar sempre que alguma dúvida ou questão surgia e pela disposição em sempre responder meus e-mails.

## RESUMO

Este trabalho tem como marco inicial o declínio da mineração. A partir deste cenário dissertou-se sobre a colonização de Rio Pomba, município localizado na sub-região central da Zona da Mata Mineira e estabeleceu as atividades econômicas que possibilitaram que isso ocorresse, atividades estas que foram a produção de cana de açúcar e milho. Além disso, há uma análise das transformações administrativas que ocorrerá no município entre 1920 a 1962 que consistem em perda de território, devido aos desmembramentos que ocorreram neste período e uma análise da produção agropecuária neste mesmo período em Rio Pomba. Para isso foi feita uma revisão de literatura de autores considerados referência no tema e uma análise quantitativa do histórico de produção agropecuário de Rio Pomba e dos seus últimos distritos.

**Palavras chave:** História Econômica, Zona da Mata Mineira, Rio Pomba.

## Índice de Figuras e tabelas

Figura 2.1	Área geográfica dos sertões da Mantiqueira .....	15
Figura 2.2	Evolução do povoamento na região da Zona da Mata, século XVIII e primeira metade do século XIX (base cartográfica atual) .....	16
Quadro 3.1	Quadro demonstrativo dos desmembramentos que ocorreram em Rio Pomba e deram origem a várias outras cidades .....	29
Figura 3.1	Mapa de assentamentos humanos na região da Zona da Mata – 1855.....	30
Figura 3.2	Mapa atual de Rio Pomba e suas cidades vizinhas .....	31
Tabela 3.1	Produção agropecuária de Rio Pomba e dos seus distritos e ex distritos em 1920 (tn e litros).....	33
Tabela 3.2	Produção agropecuária de Rio Pomba e dos seus distritos e ex distritos em 1940 (tn e litros) .....	34
Tabela 3.3	Produção agropecuária de Rio Pomba e seus distritos e ex distritos em 1950 (tn e litros) .....	35
Tabela 3.4	Produção agropecuária de Rio Pomba e seu distrito e ex distritos em 1960 (tn e litros) .....	36
Tabela 3.5	Produção agropecuária de Rio Pomba e seus ex distritos em 1974 (tn e litros) .....	37
Gráfico 3.1	Produção cafeeira em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn) .....	38
Tabela 3.6	Produção cafeeira em Rio Pomba e Juiz de Fora entre 1920 a 1974 (tn).....	39
Gráfico 3.2	Produção de leite em Rio Pomba- 1920 a 1974 em litros .....	40
Gráfico 3.3	Produção de leite em Rio Pomba, Piraúba, Tabuleiro e Silveirânia - 1950 a 1974 em litros .....	41
Gráfico 3.4	Produção de cana de açúcar em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn) .....	41
Gráfico 3.5	Produção de cana de açúcar no Brasil entre 1920 a 1974 (tn) .....	42
Gráfico 3.6	Produção de milho em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn).....	43
Gráfico 3.7	Produção de milho em Rio Pomba, Piraúba e Tabuleiro entre 1950 a 1960 (tn) .....	44
Gráfico 3.8	Produção de arroz em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn) ...	44

Gráfico 3.9	Produção de fumo em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn) ...	45
Gráfico 3.10	Produção de fumo no Brasil entre 1920 a 1974 (tn) .....	45
Gráfico 3.11	Produção de fumo em Rio Pomba, Piraúba e Tabuleiro entre 1950 a 1960 (tn) .....	46
Gráfico 3.12	Produção de feijão em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn) ....	47
Gráfico 3.13	Produção de feijão no Brasil entre 1920 a 1974 (tn) .....	48

## Sumário

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
2	<b>A QUEDA DA MINERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NA ZONA DA MATA CENTRAL</b> .....	9
2.1	A queda da mineração .....	9
2.2	Agricultura .....	13
3	<b>ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM RIO POMBA ENTRE 1920 A 1962</b> .....	26
3.1	Transformações administrativas .....	26
3.2	Análise da produção agropecuária de Rio Pomba- 1920 a 1962 ...	37
4	<b>CONCLUSÃO</b> .....	49
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

## 1 INTRODUÇÃO

A datar do prelúdio da ocupação da Zona da Mata mineira, em torno do século XVIII, percebe-se que sua economia não apresenta uma homogeneidade de composição e desenvolvimento. Apesar de existirem pesquisas sobre a região, há ainda a necessidade de estudos que preencham lacunas ainda existentes quanto às transformações que ocorreram. (RODRIGUES, 2012)

Destarte, o presente trabalho teve como foco a sub-região central da Zona da Mata mineira, mais precisamente a cidade de Rio Pomba. O principal objetivo desta pesquisa é dissertar sobre as transformações as quais Rio Pomba passou iniciando nossa análise em torno de 1767, quando principiou a colonização do município, até 1962, quando há o ultimo desmembramento territorial, visto que a hipótese deste trabalho é de que a perda de importância econômica do município está associada aos desmembramentos territoriais. A fim de atingir tal objetivo, o trabalho versa sobre qual o período de colonização do município de Rio Pomba e estabelece qual foi o perfil das atividades econômicas desta localidade no decorrer do século XVIII, identificando a produção agrícola desenvolvida no interior de suas propriedades, produção esta que permitiu a colonização desta região. Além disso, propôs-se estudar as transformações administrativas e a produção agropecuária desta cidade entre o período de 1920 a 1962.

Portanto, para atingir tal finalidade, foi realizada uma revisão de literatura de autores considerados referência no respectivo tema, além de uma análise quantitativa da produção de um seletor número de municípios a fim de traçar um histórico da produção agropecuária dos mesmos.

Este trabalho foi dividido em dois capítulos. No capítulo 1 a proposta é inserir a ocupação e colonização da Zona da Mata mineira no contexto da economia brasileira e seu reflexo no comportamento da sub-região central que a compõe, enfocando, especialmente, a atividade econômica que a colonizou.

No segundo capítulo foi feito um histórico sobre a produção agropecuária de Rio Pomba e alguns municípios que constituíam seus distritos e ex-distritos ao longo do século XX e uma análise das transformações administrativas a qual Rio Pomba passou.

## 2 A QUEDA DA MINERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NA ZONA DA MATA CENTRAL

### 2.1 A queda da mineração

Segundo Prado Jr. (2011), a mineração se destinou à exploração de produtos que possuíam como objetivo a exportação, atividade a qual organiza e mantém essa extração. Iniciou-se com as bandeiras que eram bandos organizados em bases militares e reunia paulistas, estrangeiros, desertores, descontentes e fugitivos da justiça (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2010).

De acordo com Fausto (2014), no rio das Velhas, em Minas Gerais, por volta de 1695 houve as primeiras descobertas significativas de ouro. Pequenas minas de ouro foram encontradas ao mesmo tempo por vários grupos (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2010). Segundo Prado Jr., 2008, p. 56:

O interesse da metrópole pelo Brasil e o desenvolvimento consequente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa tomarão considerável impulso sobretudo a partir de princípios do séc. XVIII quando se fazem na colônia as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas.

A exploração aurífera teve efeitos importantes tanto na Metrópole quanto na colônia, como a primeira corrente imigratória de Portugal para o Brasil, o alívio temporário dos problemas financeiros da metrópole e a articulação entre áreas distantes da colônia (FAUSTO, 2014). Os aventureiros que se espalharam pelas terras mineiras se revelaram criminosos e desobedientes à coroa (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2010).

Para Prado Jr. (2008), durante três quartos de século a mineração do ouro no Brasil foi o centro das atenções de Portugal e do cenário econômico da colônia. Nas palavras do autor: “Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte, o próprio açúcar, que por século e meio representara o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado.” (PRADO, 2008, p. 56) Apesar do tom adotado pelo historiador paulista, o certo é que o eixo da vida da colônia passou a ser o centro-sul, especialmente o Rio de Janeiro, que em 1763 se tornou a capital do Vice-Reinado (FAUSTO, 2014).

As descobertas de ouro se multiplicaram sem interrupção até meados do século XVIII quando a mineração do ouro atinge sua maior área de expansão geográfica e um alto nível de produtividade (PRADO JR., 2008). Para Fausto (2014) o período de auge do ouro situou-se entre 1733 e 1748, dando início a partir daí seu declínio.

De meados do século XVIII em diante a mineração não fizera mais que declinar; o seu apogeu deve ser fixado naquele momento, quando se chega ao máximo da produtividade das minas e interrompem-se as descobertas sucessivas que iam mantendo uma chama que bruxuleava nalguns lugares, e se apagava já em outros, quando finalmente a atividade dos mineradores se estende sobre sua maior área de expansão. (PRADO JR., 2011, p. 177)

Caminhando na mesma direção, há a assertiva de Furtado (2007):

A exportação de ouro cresceu em toda a primeira metade do século XVIII e alcançou seu ponto máximo em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras. Entretanto, o declínio no terceiro quartel do século foi rápido e, já por volta de 1780, não alcançava 1 milhão de libras. O decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a extração se manteve então em torno de 2 milhões de libras. (p.125)

De acordo com Prado Jr. (2008), a maior parte do ouro na colônia era de aluvião que se encontrava no leito dos cursos d'água e nas suas margens. Este ouro é derivado de um processo geológico milenar no qual:

[...] a água tendo atacado as rochas matrizes onde antes se concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa. Daí a pequena concentração em que foi encontrado e o esgotamento rápido dos depósitos, mesmo os mais importantes. (PRADO JR., 2008, p. 60)

Enquanto se exploravam os depósitos superficiais de aluvião não era difícil extrair o metal, porém, quando se fez necessário aprofundar em pesquisas e penetrar-se no solo, a capacidade dos mineradores era limitada por falta de recursos e conhecimentos técnicos. A falta de técnica se deve ao fato de a administração pública ter mantido a colônia isolada por completo e não ter organizado nenhum sistema de educação. Assim, ficou inacessível aos colonos qualquer conhecimento técnico relacionado às suas atividades. “Não se deu um passo para introduzir na mineração

quaisquer melhoramentos; em vez de técnicos para dirigi-la, mandavam-se pra cá cobradores fiscais.” (PRADO JR., 2008, p.61)

O que também, para este mesmo autor, entrou o progresso da mineração e apressou sua decadência foi o seu sistema de tributação. A extração de metais preciosos de acordo com Fausto (2014) deu origem à intervenção regulamentadora mais extensa que a coroa realizou no Brasil. O governo português esforçou-se para arrecadar tributos e organizar a vida social nas minas e em outras partes da colônia e no intuito de reduzir o contrabando e aumentar suas receitas, a coroa estabeleceu formas de arrecadação dos tributos que variavam no curso dos anos. Houve dois sistemas básicos:

[...] o do quinto e o da capitação. O primeiro consistia na determinação de que a quinta parte de todos os metais extraídos deviam pertencer ao rei. O quinto do ouro era deduzido do ouro em pó ou em pepitas levado às casas de fundição. A capitação, lançada pela coroa em busca de maiores rendas, em substituição ao quinto, era bem mais abrangente. Consistia, quanto aos mineradores, em um imposto cobrado por cabeça de escravo, produtivo ou não, de sexo masculino ou feminino, maior de 12 anos. Os faiscadores, ou seja, os mineradores sem escravos, também pagavam o imposto por cabeça, no caso sobre si mesmos. Além disso, o tributo era cobrado sobre estabelecimentos como oficinas, lojas, hospedarias, matadouros etc. (FAUSTO, 2014, p. 53)

De acordo com Prado Jr (2011), a fim de cobrar o quinto, superintender todo o serviço da mineração e resolver os pleitos entre os mineradores e deles com terceiros, em assuntos relacionados à mineração, um organismo administrativo foi criado: A Intendência de Minas. Havia uma intendência em cada capitania em que ocorreu a extração de ouro e suas atribuições eram completamente independentes das demais autoridades coloniais, apenas obedecia ao governo da metrópole.

A Intendência se subordinava a Casa de Fundição onde era obrigatório recolher todo o ouro extraído e que “depois de fundido, ensaiado, quitado e reduzido a barras cunhadas” (PRADO JR, 2011, p.184) era devolvido ao proprietário com um certificado de origem que provava o cumprimento das formalidades legais. Só assim o ouro poderia circular livremente e ser enviado para fora da capitania. Com o tempo, o pagamento do quinto foi reduzindo e para a administração não havia outra explicação senão a fraude.

Porém, a contração do pagamento do quinto ocorria devido ao declínio da extração aurífera, com isso houve uma violenta reação da população que passou, mesmo assim, a ser obrigada a pagar anualmente o imposto de 100 arrobas de ouro à Real

Fazenda. Perante a resistência dos mineiros, em 1750 foi aprovada a temida derrama, que é a cobrança forçada e geral das arrobas deficitárias. (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010).

Para Furtado (2007), a decadência se verifica através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor minerador. A ilusão de que poderia ocorrer uma nova descoberta a qualquer momento instigava o empresário a persistir na lenta destruição do seu ativo, ao invés de investir em outra atividade econômica.

Pelo fato da mineração ter ocorrido, de início, sem nenhuma atividade econômica em paralelo, com o declínio da produção de ouro ocorreu uma rápida e forte decadência na região. Esta forte regressão atrofiou todo o sistema e levou a população a viver em uma economia de subsistência.

Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade, e em que a mão de obra fora um fator extremamente escasso, involuiu uma massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia. (FURTADO, 2007, p. 134)

Segundo Mercadante (1973), escasso o ouro, o antigo minerador reuniu os seus pertences e partiu com a família e os escravos para os Sertões do Leste.

“Por dados de velhos aventureiros, os peritos da floresta, tivera conhecimento da existência dos índios, das febres e das condições inóspitas de vida. Contudo, não restava outra alternativa senão a retirada.” (MERCADANTE, 1973, p. 69). Nem o Leste nem sua cultura conheceu a ostentação do ouro e é nesta situação primitiva que recebera os forasteiros. Desta forma, quando o antigo minerador tomou o rumo das Áreas Proibidas, ele se converteu a sertanista, aderindo à lavoura com o gado e família, apesar de nunca ter deixado de lado o sonho de encontrar novas minas.

O território onde hoje é a Zona da Mata mineira era conhecido como Sertões do Leste ou Áreas Proibidas (VITTORETTO, 2012). O termo sertão para Paiva (2010) significava, nos setecentos, região distante do mar e território dominado por indígenas. De acordo com Luís da Câmara Cascudo (1969) apud Lamas (2013a), sertão é sinônimo de interior, já para Ângelo Carrara (1997) apud Lamas (2013a) é uma região pouco povoada. Prado Jr (2011) afirmou, de acordo com o depoimento do Governador das Minas Luis da Cunha Meneses, que com as características naturais dessa região que

eram matas impenetráveis e densas, essas áreas proibidas serviram como barreira natural para o contrabando do ouro explicando assim a lenta ocupação deste território.

O termo sertão pode ser entendido pelo sentido natural, espacial, econômico e até mesmo demográfico. Há representações contemporâneas que mostram o sertão como sendo um espaço hostil e sem civilização e constituído por uma natureza inóspita. (VITTORETTO, 2012). Ao observar o critério de civilização no qual destaca o elemento branco como propulsor, dimensiona o termo sertão para uma questão mais demográfica (OLIVEIRA, 2008 apud VITTORETTO, 2012). Para Carrara (2008) apud Vittoretto (2012) há a questão econômica dado que estes locais constituíam uma possibilidade de ascensão econômica através da procura por ouro ou até mesmo outras atividades que surgiriam com o decorrer do século. Para Fania Fridman (2008) apud Vittoretto (2012) o termo sertão pode ser definido como áreas situadas no interior e afastadas do litoral que eram habitadas por índios selvagens e animais perigosos.

## **2.2 Agricultura**

De acordo com Harold Langfur (1999) apud Paiva (2010), na grande área ocupada por territórios que atualmente compõe a Zona da Mata, no período colonial os governadores ressaltavam o quanto os indígenas eram selvagens a fim de intimidar os aventureiros que ousassem entrar nos sertões leste da capitania. “Os indígenas se tornaram sentinelas do sertão, contendo as explorações minerais e os contrabandos.” (LANGFUR, 1999 apud PAIVA, 2010, p. 36.).

Afrouxaram-se as políticas da Metrópole de proteção dos Sertões do Leste e com isso o até então governador Luís da Cunha Meneses determinou que essa região fosse explorada e aberta ao povoamento (MERCADANTE, 1973). Assim sendo, as áreas proibidas passaram por um processo de devassamento e ocupação de algumas áreas através da posse seguida da oficialização ou pela concessão de sesmarias (VITTORETTO, 2012). Para devassá-las, os aventureiros tinham que desafiar a densidade da mata e enfrentar perigosos animais, dentre outros riscos (MERCADANTE, 1973).

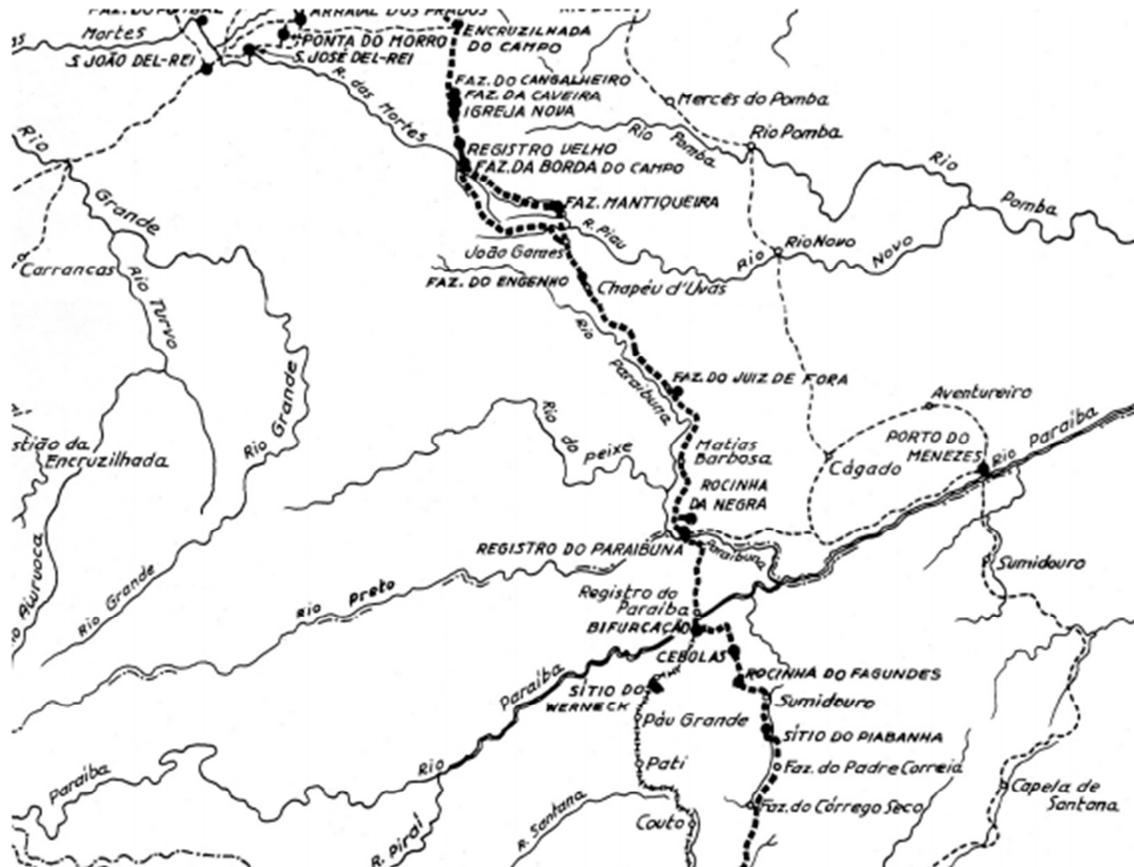
Ocorreram significativas transformações socioeconômicas no interior da capitania mineira entre o período do início da queda da extração do ouro e a primeira metade do século seguinte, dentre as quais está o “[...] movimento secular assistido em praticamente todo o território mineiro, denominado como ‘acomodação evolutiva’”. (LIBBY, 1988 apud VITTORETTO, 2012, p.8). Para Castro (2008) a acomodação evolutiva ocorreu quando os colonos avançavam sobre as fronteiras leste e oeste da capitania, deparando-se com áreas ocupadas por indígenas, visto que “enquanto a população dos distritos mineradores declinou (...), as freguesias das áreas de fronteira (Piranga e Rio Pomba) tiveram um crescimento acentuado” (CARRARA, 1993 apud CASTRO, 2008, p.2). Assim, nas palavras de Vittoretto (2012), p. 8:

[...] com o refluxo de sua principal atividade econômica, a capitania e futura província passa por um lento processo de rearranjo interno, cujas principais transformações viriam a atingir intimamente aspectos como a demografia, a ocupação do solo, e as dinâmicas de produção e do trabalho, assentadas fortemente no regime escravista de produção.

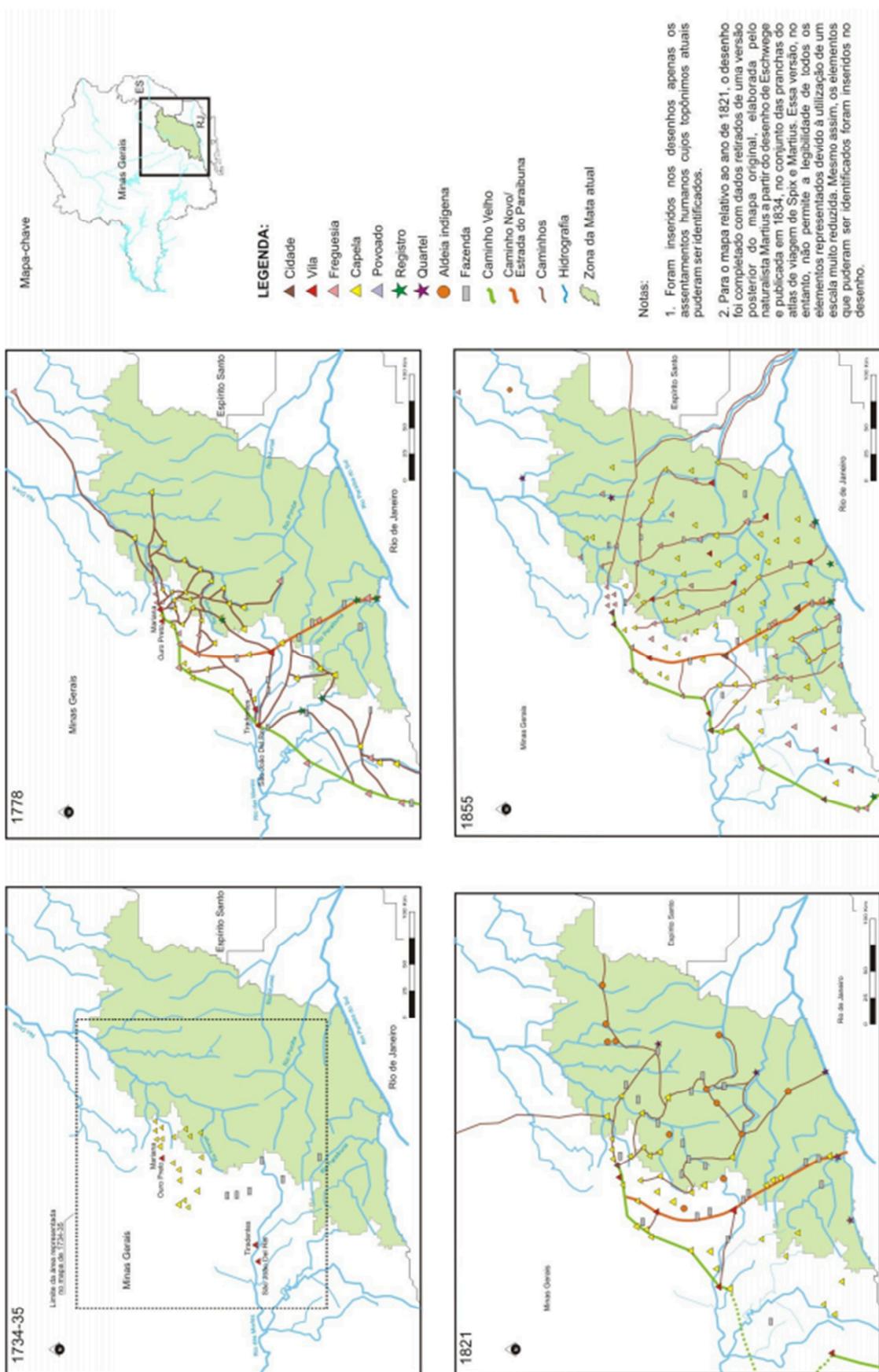
Como consequência deste movimento secular, ocorreu uma mobilidade espacial de grande importância para as transformações ocorridas no interior da capitania. Desta forma, com a existência de uma fronteira aberta e que possuía baixos níveis de densidade demográfica, ocorreu uma considerável transferência de pessoas (MATTOS, 1998 apud VITTORETTO, 2012). Como narra Lamas (2013b), com o esgotamento das jazidas de ouro a procura por terras agricultáveis movia os antigos moradores da região mineradora e o intuito de produzir riqueza de outra forma conduziu-os à expansão territorial.

Assim, a ocupação da área que atualmente constitui a Zona da Mata Mineira nos remete ao século XVIII. Essa região e sua economia caracterizava-se pela não homogeneidade na sua composição e desenvolvimento (RODRIGUES, 2012). De acordo com Elsa de Souza (1951) apud Angelo Carrara (1999) essas distinções dentro desta área permite que a mesma seja dividida em três sub-regiões: Norte, central e sul. “Subdividir a Zona da Mata se faz necessário devido às diferenças internas que impossibilitam tratá-la de maneira homogênea” (TAVARES, 2013, p. 18)

A sub-região estudada neste trabalho é a central que é constituída “[...] pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e daí para leste até o limite com o Espírito Santo” (CARRARA, 1999, p.13), como podemos observar nas Figuras 2.1 e 2.2 a seguir:



**Figura 2.1 - Área geográfica dos sertões da Mantiqueira**  
Fonte: RODRIGUES (2003), apud LAMAS (2013).



**Figura 2.2 - Evolução do povoamento na região da Zona da Mata, século XVIII e primeira metade do século XIX (base cartográfica atual)**

Fonte: ESCHWEGE, W. L. Von e MARTIUS, C. F. P. Von. apud SOARES (2009)

Lamas (2013a) considera duas fases da colonização e povoamento na região da Zona da Mata mineira. Uma na região sul da Zona da Mata, relacionada à abertura do Caminho Novo<sup>1</sup> na primeira metade do século XVIII e a outra, na área central próximo ao rio Pomba, na segunda metade do século. “Ambas possuem ligação, pois, a partir da primeira área, o Caminho Novo, partiu a expedição que deu origem à colonização da segunda área, o vale do rio Pomba.” (LAMAS, 2013a, p.2).

Ao deslocar-se da região mineradora em direção à área central da Mata, percebe-se a mudança na vegetação, relevo e clima de forma gradativa. (CORRÊA, 2001 apud LAMAS, 2013b). Aos poucos uma vegetação mais densa vai se destacando entre as pequenas montanhas (HALFELD, 1998 apud LAMAS, 2013b) e assim vai constituindo a forma do relevo de boa parte da Zona da Mata, particularmente a área Central (AB’SÁBER, 2007 apud LAMAS 2013b).

A região era habitada por indígenas que ficaram conhecidos como Botocudos os quais eram resistentes à presença dos colonizadores e também por quilombos (LAMAS, 2013b) e um dos principais rios que passam pela área central é o rio Pomba. (BOTELHO, 1977 apud LAMAS, 2013b).

O momento de ocupação e colonização da área central ocorreu quando a expedição liderada por Inácio Andrade Ribeiro, em 1750, saiu de Ouro Preto e chegou à área ao entorno do rio Coroados, afluente do rio Pomba. De acordo com Mercato (1979) apud Lamas (2013a), ocorreram ríspidos conflitos dos indígenas da região que evitavam contato com os sertanejos. Porém, esses últimos conseguiram consolidar um avançado posto na Serra de Mercês, próximo onde hoje é a cidade de Mercês. (SANTIAGO, 1991, apud LAMAS, 2013a).

No trecho do documento citado por Natália Castro (2008) observa-se um dos embates entre colonos e índios na freguesia de Guarapiranga que fica próximo do território do Pomba:

---

<sup>1</sup> O Caminho Novo era uma via de acesso construída na região da Mata Mineira para passagem de tropas que iam da região mineradora ao Rio de Janeiro.

Já chegam ao número de dezesseis moradores que largaram suas fazendas intimidados a recusa das referidas motivos (sic) pelas mortes que tem visto fazer o mesmo gentio aos seus vizinhos pois chegam as mortes a números de dezoito por várias vezes além das queimadas das casas e paióis com que exporiam tão gravíssimos danos e temor (...) (PR, AHU, Cx.55, Doc. 25 apud CASTRO, 2008, p.2)

Com o surgimento destes confrontos foi necessário que o governo tomasse medidas de catequese em relação aos gentios e estabelecesse uma forma de explorar a terra. (CASTRO, 2008)

Depois de expedições fracassadas, em 1757 o capitão Francisco Pires Farinho conseguiu uma aproximação com os índios Coroados e Coropós que habitavam a região do rio Pomba. Foi com o sucesso obtido por este capitão que em 1764 possibilitou a criação; pelo governador da capitania das Minas Gerais Luis Diogo Lobo da Silva; da Freguesia do Mártir São Manoel do Rio Pomba e Peixe dos Índios Coroados e Coropós. Entretanto, em 1767, com a chegada do padre Manoel de Jesus Maria, as primeiras casas e capela que originaram a aldeia foram construídas, com a finalidade evangelizadora, onde hoje é a cidade de Rio Pomba. (VENÂNCIO, 2001 apud CASTRO, 2008; LAMAS 2013a)

Assim, nas palavras de Lamas (2013a, p. 5):

[...] o processo de colonização e povoamento do vale do rio Pomba e de suas áreas adjacentes que englobam a região central da Zona da Mata Mineira iniciou-se quase que concomitantemente com o processo de catequese dos indígenas locais. Indo mais longe ainda, podemos dizer que a catequese dos habitantes originais teve como objetivo a pacificação dos mesmos para a inserção da Zona da Mata Mineira na economia colonial, uma vez que a mineração, atividade principal da capitania desde o final do século XVII, encontrava-se em franco declínio.

Em 1765, foi confirmada a indicação do padre Manoel de Jesus Maria pelo governador D. Luís Diogo Lobo da Silva, para o cargo de diretor dos índios da Aldeia dos Rios Pomba e Peixe (MERCADANTE, 1973). De acordo com Heloisa (2006) apud Vieira (2008), o aldeamento do rio Pomba possuía; assim como os demais aldeamentos da segunda metade do século XVIII, um representante militar, o capitão Francisco Pires

Farinho, que era o diretor do aldeamento, e seu irmão, e também possuía um representante religioso, o padre Manoel de Jesus Maria.

De acordo com Mercadante (1973), em 25 de dezembro de 1767 o padre e alguns agricultores reuniram-se para assistir a primeira missa celebrada naquela região com um pequeno altar coberto de folhas de palmeiras e assim a aldeia de Pomba e Peixe se constituía.

O reverendo era natural de Casa Branca e era filho de um branco com uma angolana e tornara-se sacristão em Vila Rica. Encarregou-se de catequizar os indígenas, adentrou nas terras mais próximas e conseguiu acabar com a desconfiança dos mesmos. Entretanto, como o sacerdote era tenaz, não se limitou à atividade religiosa e solicitava medidas de administração. Assim, de acordo com Villalta (1993) apud Castro (2008), Manoel de Jesus passou a possuir poderes tanto políticos quanto espirituais e simbólicos na comunidade onde estava estabelecido.

Para Lamas (2013b) havia três importantes questões para a efetivação da Freguesia de São Manoel do Rio Pomba que preocupava a administração colonial. A primeira é que a ideia de uma terra pacificada pela catequese foi aos poucos acabando visto que nem todos os índios estavam predispostos à catequese e ao aldeamento. Com a nomeação do Padre Manoel de Jesus Maria, a intenção do governador Luis Diogo Lobo da Silva não era destacar a questão espiritual de salvar as almas dos indígenas, entretanto, havia um viés temporal de pacificar os indígenas a fim de aproximá-los da coroa e conhecer melhor as terras da capitania de Minas Gerais. Segundo o autor:

[...] a civilização dos índios era tema da Real Fazenda, ou seja, pertencia à temática econômica, uma vez que a pacificação daqueles produziria aumento dos tributos (especialmente dízimos) mediante o esvaziamento das terras, e a pacificação do gentio, que poderia ser utilizada em combates contra aqueles que não aceitassem se reduzir aos colonizadores. (LAMAS, 2013b, p. 72)

Assim, para a área Central da Mata, foi um desafio a questão dos indígenas e os conflitos que surgiam em torno da terra com os novos povoadores.

Outro aspecto que tornou uma preocupação constante entre os governadores de Minas Gerais era a presença de quilombos na área da Freguesia de Rio Pomba, não

apenas pelo fato de fugirem e, assim, renegar a escravidão, mas por praticarem roubos e assassinatos e por causarem prejuízos e vexações aos habitantes causando desta forma instabilidade na sociedade mineira colonial. Este fato exigia providências urgentes e a solução encontrada pelos governadores foi a criação de expedições punitivas que tinham como objetivo eliminar os quilombos e capturar os escravos fugitivos. Houve até mesmo medidas drásticas como castigos corporais para os que fossem capturados.

Quanto mais os colonizadores adentravam o território mineiro mais os escravos fugidos procuravam áreas mais remotas e com isso os sertões da região circunvizinha à área Central eram apropriados para a formação de quilombos, uma vez que as autoridades régias proibiam o estabelecimento de sesmarias nessas áreas, proibindo assim o seu povoamento e colonização. Essa área era também estratégica para os escravos fugidos se esconderem uma vez que se situava relativamente perto do Caminho Novo e de regiões povoadas como Guarapiranga, o que favorecia ataque a ambas as áreas. Até mesmo depois do estabelecimento do aldeamento de São Manoel a região ainda possuía muitos refúgios para os escravos fugitivos e isso preocupava o governo da capitania que tinha a intenção de povoar a região e extrair lucros com as atividades agrícolas que ocorriam neste local.

Com isso, a presença de quilombolas deve ser compreendida em conjunto com a preocupação de que ocorresse extravio e/ou não pagamento dos Dízimos, já que esse tributo ganhou relevância na segunda metade do século XVIII devido à diminuição da arrecadação do Quinto.

Além dos quilombos, havia a preocupação da administração com o contrabando de ouro visto que havia acentuado a diminuição da arrecadação do Quinto o que fez tornar-se constante a preocupação em localizar novas jazidas ao longo do século XVIII, já que a possibilidade de esgotamento das jazidas nessa região para a administração era impossível. Preocupavam-se com a questão de estabelecimentos irregulares que podiam ser usados por bandidos para extraviar ouro e roubar mercadorias que circulavam pelo Caminho Novo.

Desta forma, o objetivo central da instalação do aldeamento do Pomba foi “[...] garantir a segurança dos fazendeiros e o bom andamento dos negócios coloniais que se implantavam no vale” (CARNEIRO, 2008 apud CASTRO, 2008, p.3) .

Como mencionou Castro (2008) o padre Manoel converteu os nativos da atual Zona da Mata Mineira “[...] a serviço da Igreja, do governo de sua Capitania e do Estado Português.” (CASTRO, 2008, p.3). Este aldeamento pertencia à Comarca de Ouro Preto e ao Termo e Bispado de Mariana (HELOISA, 2006).

A atitude do pároco com as populações indígenas, segundo Castro (2008), revela o objetivo de cristianizar para civilizar e eram exterminados os nativos que recusassem a civilidade.

Jesus Maria fundou uma escola para meninos, preparou roçados com o auxílio de mão de obra escrava, dividiu os índios nas tarefas da extração, agricultura e pesca, forneceu-lhes ferramentas e vestuários (RAPM, 1898 apud CASTRO, 2008) e inseriu-os na “vida cristã” através dos casamentos religiosos e batismos (CASTRO, 2008, p.4).

Para Lamas (2013a) o batismo na Freguesia de Rio Pomba indica a intenção de colonizar a região. Os costumes dos indígenas eram desconsiderados durante o processo de aldeamento. Três anos após a celebração da primeira missa, o aldeamento do rio Pomba tornou-se um arraial, período no qual os brancos passaram a habitar esta região (VIEIRA,2008).

Colonizar a respectiva região objetivava, além de pacificar os indígenas, regularizar as fronteiras internas da Capitania visto que essas questões ainda não estavam claras para as autoridades régias e os seus moradores, o que gerava constantes e graves problemas (LAMAS, 2013b). O conhecimento dos limites da Capitania de Minas Gerais pela administração foi tornando-se prioridade para a administração colonial no decorrer do século XVIII, pois com a ausência de limites claros poderia ocorrer desvios de ouro ou de qualquer outro gênero.

A Freguesia de São Manoel do Rio Pomba foi criada em um contexto turbulento, em que a ordem de 28 de novembro de 1760, a qual apresentava uma nova divisão entre os Termos de Mariana<sup>2</sup> e a vila de São José, acarretou descontentamento nos moradores dos sertões do Termo de Mariana uma vez que os colocava dentro dos limites de São José.

---

<sup>2</sup> A palavra Termo refere-se às freguesias que eram administradas pela Câmara Municipal de Mariana, cidade que possuía o centro jurídico e administrativo da região. Assim, na época, correspondia ao conceito moderno de Município. Freguesia corresponde à menor divisão administrativa.

Depois que o Padre Manoel de Jesus Maria obteve sucesso ao pacificar e cristianizar os índios da região, um grande número de pessoas se deslocou em direção à região a fim de encontrar terras férteis e até mesmo ouro (LAMAS, 2012) tornando esta área alvo de um fluxo migratório relativamente grande. A migração em direção às terras da Freguesia de Rio Pomba deu-se através do aumento de doações de sesmarias na área e também por meios alternativos, ou seja, migrantes que não possuíam títulos de propriedade se deslocaram para a região com o intuito de encontrar novas oportunidades, “uma vez que em áreas de mata fechada, ou de sertões, a vistoria era menor e a chance de se estabelecer, para em um momento posterior, solicitar a legalização das terras, era maior.” (LAMAS, 2013b, p.44). Entretanto, esta ideia de adensamento populacional não incluía os indígenas.

Para Lamas (2013b) o processo migratório em direção a área central da Mata faz parte de um duplo contexto constituído pelo desejo de encontrar terras agricultáveis para cessar a necessidade de arrecadar tributos sobre a produção agropecuária e a necessidade de obter mão de obra cativa barata. A demanda por terras agricultáveis gerou um adensamento populacional devido ao processo migratório em direção à Freguesia de São Manoel. Este excesso de pessoas foi acompanhado por várias formas de ocupação do solo através de compra/venda, sesmarias e posse as quais provocaram várias formas de disputas pela terra (LAMAS, 2012).

Os colonizadores que adentravam esta região possuíam características socioeconômicas diferentes que vai desde aqueles que possuíam recursos até os que procuravam alternativas para a crise da mineração. Os que possuíam recursos geralmente garantiam à administração colonial o pagamento de dízimo enquanto os que tinham poucos recursos dedicavam-se à produção de subsistência (LAMAS, 2013b).

Na região central da Mata:

[...] o que se encontra é um conjunto de pequenos e médios proprietários rurais, produzindo para o autoconsumo ou para um parco comércio local. Pode-se caracterizá-la como uma região formada predominantemente, senão exclusivamente, por uma população camponesa. Os escravos existentes igualmente participam dessa economia camponesa. [...] Mesmo que houvesse latifúndios na sub-região central da Mata, estes não caracterizaram a monocultura. (CARRARA, 1993 apud RODRIGUES, 2012, p.72).

Então, a não especialização é característica da agricultura da área Central de Minas e a sua produção agrária destinava-se ao auto abastecimento e às trocas mercantis internas. Desta forma, por exemplo, Padre Manoel de Jesus possuía uma plantação de feijão para o seu sustento e dos índios que catequizava. Já que o feijão era um alimento básico voltado para o autoconsumo, sua produção não era relevante quanto à dos gêneros comercializáveis. Assim, é importante destacar a produção agrária da região voltada para o mercado (LAMAS, 2013b). Havia aqueles que conseguiam dispor tanto uma significativa parte da sua produção para o consumo interno quanto para o mercado, submetendo-se a cobrança de dízimos<sup>3</sup>.

“As informações do Padre Manoel de Jesus Maria a respeito da existência de trinta e dois engenhos na Freguesia de São Manoel do Rio Pomba, em 1799, é bastante relevante para entendermos a produção agrária na área.” (LAMAS, 2013b, p.124) Estava proibido em Minas Gerais a construção de engenhos devido aos problemas ocasionados pela cachaça. Ocorria também o fato de que o Conselho Ultramarino<sup>4</sup> considerava que a produção de cachaça concorria com o vinho produzido em Portugal e diminuiria a arrecadação de tributos em uma capitania que estava em crise. Entretanto, o governador de Minas Antônio Noronha percebeu a insensatez ao destruir os engenhos dado que ao destruí-los causaria um enorme prejuízo aos moradores da região e diminuição dos tributos.

A agricultura nesta região<sup>5</sup> surgiu como uma forma possível de sobrevivência dos moradores das Minas e colocar em prática a ordem régia de destruir os engenhos não era uma atitude sensata (LAMAS, 2013b).

De acordo com Lamas (2013), não ocorreu o cumprimento integral da lei que não permitia erguer novos engenhos em Minas Gerais. Um dos motivos para que isso acontecesse encontra-se no fato de que a crise do esgotamento das jazidas de ouro preocupava as autoridades e a oportunidade de cobrar impostos da produção dos engenhos tornou-se uma opção viável. Segundo Virgínia Valadares (2005) apud Lamas (2013), os governadores relutavam em obedecer à ordem de destruir os engenhos devido

---

<sup>3</sup> Dízimo era a denominação para os tributos que eram cobrados pela administração colonial sobre a produção agrária e tinha como intuito diminuir o impacto da queda da arrecadação do tributo sobre o ouro.

<sup>4</sup> Órgão administrativo criado pela coroa Portuguesa para cuidar de assuntos referentes às suas colônias.

<sup>5</sup> Informações estatísticas a partir de 1920 serão disponibilizadas no próximo capítulo.

à convivência dos mesmos com os mineiros e ao conhecimento da realidade em que viviam.

A cachaça provocava um efeito prejudicial sobre as pessoas, principalmente sobre os indígenas dado que era utilizada como meio de pagamento pela extração da poaia<sup>6</sup>, mascarando de certa forma uma relação de escravidão. Porém, a produção dos engenhos atraiu a atenção da administração da capitania, já que existia a possibilidade de aumentar a arrecadação de dízimos.

Assim, nas palavras do autor:

Desde o século XVIII, a cachaça foi utilizada pelos colonizadores para se aproximarem dos indígenas (coroados, coropós e puris) com objetivo de facilitar os contatos. A produção de cachaça também estava voltada para o mercado, especialmente nas propriedades que se localizavam nas proximidades do Caminho Novo e que foram, em geral, fruto de expansão de sesmeiros e proprietários de terras da região da Borda do Campo. (p. 133)

Na área Central da Zona da Mata Mineira encontra-se, além da produção de cana de açúcar, a presença da produção de milho. De acordo com Meneses (2007) apud Lamas (2013b), a produção do milho em Minas surgiu de forma consorciada com a produção do feijão. O milho era fundamental dado que servia de alimento básico para a população e atendia as necessidades da alimentação animal, no caso da área central da Mata, porcos. Nesta região a criação de porcos ganhou destaque pouco a pouco e atingiu níveis grandes nas primeiras décadas do século XIX. Assim, o milho era importante para a circulação de mercadorias, pois tinha como função alimentar animais como cavalos e mulas e para a alimentação dos habitantes locais, fornecendo alimentos para porcos e galinhas.

Segundo o viajante Langsdorff (1997) apud Lamas (2013b), ao passar pela região percebeu uma significativa presença da criação de porcos os quais eram criados para o abate e vendidos no Caminho Novo e na Corte. A criação deste animal ocorria tanto por pessoas abastadas quanto por aqueles com poucos recursos financeiros.

Assim, entende-se um dos papéis do milho na região nas seguintes palavras do autor:

---

<sup>6</sup> Raiz com fins medicinais que era encontrada na região.

Voltado para a criação de animais, o milho atuava como ração alimentar para aqueles, principalmente para os porcos, esses voltados para o mercado, uma vez que sua carne era não só muito apreciada como também sua gordura ajudava na preservação de alimentos dos viajantes. (LAMAS, 2013b, p. 139)

### **3 ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM RIO POMBA ENTRE 1920 A 1962**

O capítulo anterior discorreu sobre as origens da Zona da Mata Central, mais precisamente, da cidade de Rio Pomba. Dissertou-se sobre o período da colonização de Rio Pomba e quais foram as atividades econômicas que possibilitaram a colonização desta região.

Neste segundo capítulo será feita uma análise das transformações administrativas e da produção agropecuária em Rio Pomba no recorte temporal de 1920 a 1962.

Para analisar a produção agropecuária de Rio Pomba foram utilizados os mesmo produtos das análises do subitem 3.1 no recorte temporal de 1920 a 1974. Utilizou-se dados de 1974, devido à necessidade de demonstrar a produção de alguns produtos agrícolas em Rio Pomba depois que este perdeu todos os seus distritos. Assim, seria necessário usar os dados do censo de 1970, posto que o último desmembramento territorial aconteceu em 1962. Contudo, neste censo não foi encontrado dados a respeito da produção de leite dos municípios. Desta forma, foram utilizados os dados de 1974.

#### **3.1 Transformações administrativas**

De acordo com Carrara (1999), não havia uma rigidez quanto à definição de industrialização “quer dos presidentes de Câmaras, quer dos coletores estaduais” (p. 63). Uns afirmavam que não havia indústrias fabris, enquanto outros consideravam indústria os fabricantes de aguardente e açúcar em pequena escala. “Como estabelecimentos fabris, eram apresentados sapateiros e seleiros, nas cidades, e pequenos engenhos de açúcar e aguardente nas propriedades rurais” (p.63). Ou seja, não havia uma preocupação conceitual rigorosa quanto à metodologia usada para definição de industrialização. De acordo com a análise feita por Carrara (1999), do Relatório de 1917<sup>7</sup>, havia uma “absoluta falta de rigor quanto à classificação do que fosse verdadeiramente uma ‘indústria’” (p. 64). Até 1915 o setor que até então era rigorosamente considerado industrial na Zona da Mata era o têxtil.

---

<sup>7</sup> Relatório de Indústrias fabris do Estado de Minas Gerais

O autor considera também que, entre 1920 a 1940, apesar do êxodo rural que ocorreu na Zona da Mata, não ocorreu um processo de estabelecimento de um modo industrial de produção, mas apenas o esvaziamento das áreas rurais, especialmente a zona da Mata Central.

Diante da falta de preocupação conceitual mais rigorosa em relação à metodologia usada pelos autores quanto à análise da industrialização neste período, este trabalho priorizou a atividade agropecuária em detrimento da manufatureira.

O município de Rio Pomba, que tinha como sede o povoado de São Manoel do Pomba, era considerado um território desmembrado do de Mariana e “ Por fôrça da Lei provincial nº 881, de 6 de junho de 1858, a vila de Pomba recebeu foros de cidade.” (FERREIRA, 1959, p.75)

De acordo com Carrara (1993), as lideranças políticas que mais se destacaram entre o Império e as primeiras décadas da Primeira República na Zona da Mata Mineira eram provenientes da sub região Central da Mata. Entretanto, constata-se na abordagem do autor que, apesar de Rio Pomba ter sido a primeira vila da região, a participação de políticos oriundos desta cidade era inexpressiva, ao contrário do que se percebe em Ubá e Viçosa:

[...] com as principais lideranças, como Peixoto de Melo, pai e filho, Cesário Alvim e Vaz de Melo, que participavam do grupo que controlava a política mineira no período recortado, tinham suas bases políticas nos municípios de Ubá e Viçosa, na sub-região central. (p.39)

Portanto, não há perda de poder político de Rio Pomba visto que a cidade já não o possuía.

Ao observar a legislação referente à divisão territorial administrativa do Estado de Minas Gerais desde 1711, Costa e Ribeiro (2010) dividem-na em três períodos. O primeiro situa-se entre 1711 a 1900, época em que o território era ainda pouco povoado e constituído por vários núcleos, os quais ainda não eram consolidados como centros, porém fadados um dia a se tornarem sedes distritais e municípios. Neste período, a população necessitava de melhores condições de vida e, com isso, ocorriam migrações a fim de encontrar tais melhores condições em outros locais. Assim ocorria um maior adensamento populacional em determinados pontos em detrimento de outros, que acabavam despovoados, motivo pelo qual resultou em flutuações frequentes dos índices

demográficos em grande parte do território. A criação de novas vilas e municípios inicia-se após 1831 e os primeiros distritos tinham função administrativa e de fiscalização.

Nas palavras dos autores:

A criação de distritos e municípios, providência com as quais cuidava o Governo de atender aos justos anseios de populações com maior desenvolvimento, ao mesmo tempo que solucionava aqui e ali problemas mais urgentes de ordem social e administrativa, provinha muitas vezes de imposições inenarráveis de fatores emergentes a exigir soluções locais imediatas, sem possibilidade de consulta a planejamento com maior prazo, num processo divisório para benefício de âmbito territorial mais largo. (p. 47).

O segundo período é fixado entre 1901 e 1938. Foi neste primeiro ano que ocorreu a primeira divisão administrativa baseada em um disposto constitucional da época que estabelecia o cumprimento de dez anos para que ocorressem novas alterações no quadro territorial, “a ela se seguindo, dez anos depois, a de 1911, para só doze anos mais tarde processar-se a de 1923, compensada em sua demora pela melhoria das condições técnicas de sua elaboração.” (COSTA e RIBEIRO, 2010, p. 47). A partir daí, não se respeitou mais a obediência de dez anos, fato que instigou mais tarde os legisladores a criar o “princípio da inalterabilidade dos períodos para novas divisões.” (COSTA e RIBEIRO, 2010, p.47).

O terceiro período dá-se a partir de 1938. Doravante, a fim de aprimorar as condições técnicas de outras novas divisões, foram feitos acordos com o governo federal que possuíam várias exigências, dentre as quais está a mudança de períodos para a alteração do quadro territorial, que passou a ser em um período de tempo compreendido entre cinco anos e não mais em dez.

A região estudada neste trabalho insere-se, principalmente, no contexto deste último período relatado.

De acordo com Santiago (1991), ocorreram desmembramentos nos quais surgiram vários municípios que antes pertenciam ao originário território rio-pombense. Os nomes das cidades a seguir foram agrupados e permitiram a construção do Quadro 3.1:

Além Paraíba	Eugenópolis	Rio Novo
Araponga	Faria Lemos	Rodeiro
Argirita	Guarani	Santana de Cataguases
Astolfo Dutra	Guarará	Santo Antônio do Aventureiro
Barão de Monte Alto	Guidoval	São Francisco do Glória
Brás Pires	Guiricema	São Geraldo
Caiana	Itamarati de Minas	São João Neponuceno
Cajuri	Laranjal	São Miguel do Anta
Canaã	Leopoldina	São Paulo de Muriaé
Caparaó	Mar de Espanha	Senador Cortes
Carangola	Mercês	Senador Firmino
Cataguases	Miradouro	Silveirânia
Chiador	Miraí	Tabuleiro
Coimbra	Palmas	Teixeiras
Descoberto	Patrocínio do Muriaé	Tocantins
Divinésia	Paula Cândido	Tombos
Divino	Pedra do Anta	Ubá
Dona Eusébia	Pedra Dourada	Viçosa
Dores do Turvo	Piau	Vieiras
Ervália	Pirapitinga	Visconde do Rio Branco
Espera Feliz	Piraúba	Volta Grande
Estrela D'Alva	Recreio	

**Quadro 3.1 - Quadro demonstrativo dos desmembramentos que ocorreram em Rio Pomba e deram origem a várias outras cidades**

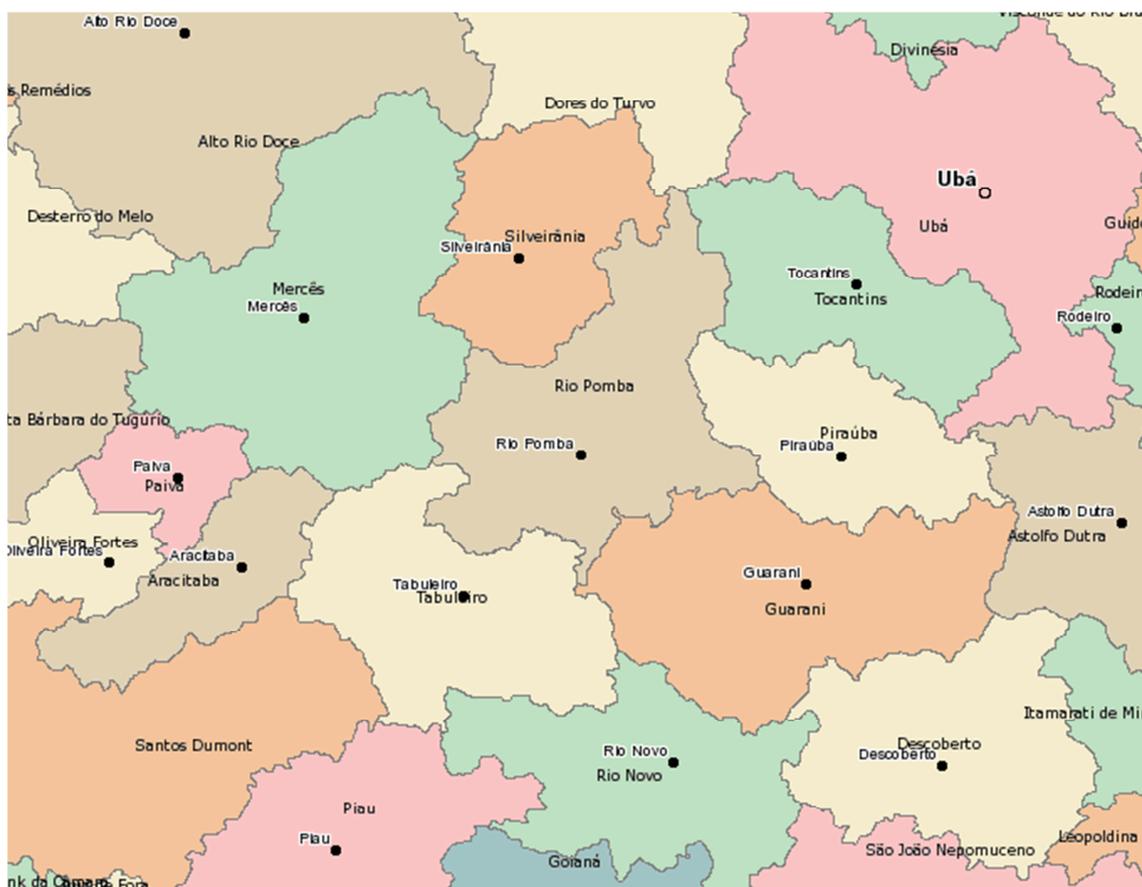
Fonte: Modificado a partir de Santiago (1991)

Entretanto, a fim de atingir o objetivo deste trabalho, será ressaltado o período no qual Rio Pomba abrangia todo o extenso território constituído pelo município de Rio Pomba e pelos distritos de Mercês, Silveirânia, Tabuleiro, Piraúba e Guarani (IBGE, 2015). A seguir, observa-se a Figura 3.1<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Infelizmente, esta figura não é muito legível, porém, dada a sua relevância, ela foi usada a fim de mostrar como era a região da Zona da Mata em 1855.



Com as transformações político-administrativas que ocorreram nesta região, o município perdeu os seus distritos que foram desanexados para a formação de outros municípios (FERREIRA, 1959). O município de Mercês foi constituído como cidade pela lei estadual nº 898, de 10 de setembro de 1925. Considerado como município com a denominação de Silveirânia, pela lei estadual nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, este município foi desmembrado de Rio Pomba. Tabuleiro foi elevado à categoria de município pela lei nº 1039 de 12 de dezembro de 1953, desmembrando-se de Rio Pomba. Piraúba foi considerado município desmembrado de Rio Pomba pela lei nº 1039 de 12 de dezembro de 1953. O município de Guarani foi desmembrado de Rio Pomba pela lei estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911, porém, diferente dos demais municípios Guarani foi elevado à categoria de vila (IBGE Cidades, 2015). Percebe-se a divisão territorial destas cidades na Figura 3.2:



**Figura 3.2 - Mapa atual de Rio Pomba e suas cidades vizinhas**

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas – IGA – Cidades (2015)

Nas Tabelas a seguir observa-se que, em alguns anos, há cidades que foram contempladas com atividades agrícolas, enquanto outras não. Isso não quer dizer que

não havia nenhuma produção nestas localidades, e sim que possivelmente, ou a produção era tão irrelevante que não era contabilizada nos censos, ou que a produção destes territórios era contabilizada dentro do território de Rio Pomba, visto que os mesmos pertenciam a esta cidade. A fim de não deixar qualquer dúvida, observou-se a metodologia adotada pelos censos utilizados neste trabalho, observação essa que será feita na medida em que forem apresentadas as tabelas de cada censo.

Como foi afirmado no capítulo 1, a não especialização foi uma característica marcante da produção agrária da região central da Zona da Mata Mineira no período da sua colonização. Ao traçar um histórico de produção agropecuária de Rio Pomba e seus últimos distritos desmembrados, foram escolhidos produtos diversos a fim de demonstrar certa heterogeneidade da produção no recorte temporal de 1920 a 1974.

A produção agropecuária brasileira foi motivo de pesquisa censitária pela primeira vez em 1920. Neste censo, por exemplo, os dados relativos à atividade agrícola não contemplam todas as propriedades rurais, mas apenas as com renda anual superior a 500.000 réis. Neste ano, a execução do censo deu-se através de modelos simples de formulários com questionários que abrangiam as explorações agrícolas e pastoris, que levavam em consideração o número de cabeças de gado existentes e a produção pecuária, além da extensão da produção agrícola. O recenseamento da pecuária nesta época levou em consideração o total geral de gado existente segundo as várias espécies recenseadas, gado existente nos estabelecimentos rurais recenseados e fora deles, e “distribuição proporcional do gado existente, densidade da população pecuária por quilômetro quadrado e número médio de animais por fazenda” (IBGE, 1923, p. 86).

Para os fins censitários, entende-se por estabelecimento rural toda a extensão de terra sujeita à administração exclusiva de um proprietário, arrendatário, interessado, ou administrados, que faça diretamente a exploração da lavoura ou a criação, por si só ou com o auxílio de pessoal remunerado. (IBGE, 1923, p.8)

Ao analisar a Tabela 3.1, percebe-se que neste censo havia uma produção econômica em Rio Pomba e já existia uma incipiente produção econômica em Mercês e Guarani. Neste período, este último já era desmembrado de Rio Pomba e elevado à categoria de vila. Em 1920, apesar de Mercês ainda ser considerado um distrito de Rio Pomba, foi contabilizada a sua produção pelo censo, ou seja, como esse distrito possuía uma produção relevante, provavelmente suas propriedades possuíam a renda mínima

que condizia com a renda exigida pelo censo. Nesta década Guarani e Mercês destacaram-se na produção de leite e na produção de cana de açúcar, café, milho, até mesmo, feijão. Somente em 1925 Mercês viria a se tornar uma cidade desmembrada de Rio Pomba.<sup>9</sup>

**Tabela 3.1- Produção agropecuária de Rio Pomba e dos seus distritos e ex distritos em 1920 (tn e litros)**

<b>Cidades</b>	<b>Arroz</b>	<b>Cana de açúcar</b>	<b>Café</b>	<b>Fumo</b>	<b>Milho</b>	<b>Leite</b>	<b>Feijão</b>
<b>Guarani</b>	179	4.694	3.870	10	2.305	284.137	275
<b>Mercês</b>	505	5.577	2.029	2	5.310	773.797	1004
<b>Piraúba</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Rio Pomba</b>	660	14.829	5.131	99	6.638	3.194.745	868
<b>Silveirânia</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Tabuleiro</b>	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Com uma periodicidade decenal, em 1930 o país deveria realizar o seu segundo censo. Todavia, por motivos políticos e institucionais, o censo deste ano foi cancelado (IBGE Memórias, 2015).

Ao contrário do censo anterior, que usou vários tipos de questionários, em 1940 o censo agrícola usou um questionário geral para os estabelecimentos agropecuários e apenas dez questionários especiais. A fim de conhecer a vida rural brasileira, este censo visou na produção agrícola as espécies, variedades e quantidades produzidas e, na pecuária, as espécies e raças. Havia para os estabelecimentos recenseados uma classificação de agricultura em grande escala, que compreende todas as explorações com produção de pelo menos 50 hectares cultivados. Os estabelecimentos que não atingiam este limite mínimo são classificados como agricultura em pequena escala. Para o gado bovino, a pecuária era classificada como de grande escala quando os estabelecimentos possuíam rebanho de 200 ou mais espécies no conjunto de todas as espécies; ou o número de rebanhos por espécie igual ou superior a 200; ou, ainda, quando o rebanho cujo número de fêmeas reprodutoras iguala ou excede a 100 cabeças.

<sup>9</sup> Não há dados agropecuários por município até 1920, apenas dados demográficos e não houve recenseamento em 1930, conforme foi dito posteriormente.

Os estabelecimentos que não atingiam nenhuma destas condições eram considerados como de pecuária em pequena escala (IBGE, 1950).

[...] como estabelecimentos agropecuários foram recenseados, sem limitação de área nem do valor da produção, todos os que se destinavam à exploração direta do solo, com objetivo comercial e, por extensão, os que, sem essa finalidade imediata, como as chácaras e sítios, se ocupam com a mesma exploração para custeio e consumo do estabelecimento. (IBGE, 1956, p. 13)

Na Tabela 3.2 observam-se os dados de 1940. Guarani e Mercês já não pertenciam mais a Rio Pomba, ao contrário das demais. Em Guarani, observa-se o aumento da produção de algumas culturas como cana de açúcar, fumo e milho. Em Mercês, constata-se uma elevada produção de arroz e fumo. Quanto aos outros distritos, há as hipóteses de que, neste período, não possuíam produção econômica relevante que se enquadrasse na metodologia do censo deste ano ou, pelo fato de ainda não serem considerados cidades, sua produção econômica foi contabilizada dentro da de Rio Pomba.

Uma hipótese para explicar o porquê da produção de leite de 1920 para 1940 sofrer um declínio expressivo em Rio Pomba é a metodologia do censo nesta última década. Em 1940 o censo limitou o número de propriedades que eram consideradas estabelecimentos rurais e, assim, foram analisadas menos propriedades que na década de 20, ocasionando, então, um declínio desta produção. Observa-se na Tabela a seguir a produção agropecuária de Rio Pomba e seus distritos e ex distritos na década de 40.

**Tabela 3.2 - Produção agropecuária de Rio Pomba e dos seus distritos e ex distritos em 1940 (tn e litros)**

Cidades	Arroz	Cana de açúcar	Café	Fumo	Milho	Leite	Feijão
<b>Guarani</b>	309	5.720	441	201	2.502	33.224.000	275
<b>Mercês</b>	518	4.393	165	15	1.299	19.071.000	257
<b>Piraúba</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Rio Pomba</b>	937	11.235	783	294	6.455	69.376.000	763
<b>Silveirânia</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Tabuleiro</b>	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Em 1950, o censo contou com um questionário geral para estabelecimentos agropecuários, questionário suplementar para produção particular e o questionário especial para a relação do gado. Neste censo, excluíram os estabelecimentos com produção destinada ao consumo doméstico (IBGE, 1956).

A agricultura, a pecuária e a agropecuária foram classificadas em grande escala e em pequena escala, segundo o vulto da exploração. A agricultura em grande escala compreende os estabelecimentos cuja área da colheita, em 1949, fosse igual ou superior a 20 hectares; a agricultura em pequena escala, os estabelecimentos da área da colheita inferior a 20 hectares; pecuária em grande escala, os estabelecimentos que satisfizessem determinados limites de criação e, caso possuíssem atividades agrícolas, fosse esta em pequena escala; pecuárias em pequena escala, os estabelecimentos que não atingissem os limites indicados e não possuíssem produção agrícola. Nos grupos agropecuários em grande escala e agropecuária em pequena escala, foram incluídos os estabelecimentos com atividade simultânea agrícola e pecuária, ambas em grande escala ou pequena escala. (p. 16)

O censo agrícola de 1920 não utilizou esta classificação.

Tal como em 1920 e 1940, conforme indica a Tabela 3.3, em 1950, a produção econômica de Silveirânia, Tabuleiro e Piraúba ainda não foi contabilizada. Ao comparar as Tabelas 3.2 e 3.3, percebe-se um declínio na produção de leite em Guarani e Rio Pomba. Observa-se que, neste período, a única cultura que obteve um aumento em Guarani foi a produção de fumo. Em Mercês é flagrante um declínio do cultivo de arroz, cana de açúcar, fumo e feijão ao contrário da produção de leite, café e milho que teve uma ascensão nestes dez anos.

**Tabela 3.3 - Produção agropecuária de Rio Pomba e seus distritos e ex distritos em 1950 (tn e litros)**

<b>Cidades</b>	<b>Arroz</b>	<b>Cana de açúcar</b>	<b>Café</b>	<b>Fumo</b>	<b>Milho</b>	<b>Leite</b>	<b>Feijão</b>
<b>Guarani</b>	171	1.609	395	723	2.118	21.535.000	106
<b>Mercês</b>	195	587	338	3	1.776	24.803.000	164
<b>Piraúba</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Rio Pomba</b>	655	3.665	937	849	6.148	53.960.000	274
<b>Silveirânia</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Tabuleiro</b>	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

O censo de 1960 pouco se diferenciou do seu antecessor, a não ser pelo fato de que considerou as propriedades rurais independente de limites de produção pré-estabelecidos. (IBGE Memórias, 2015).

Na tabela 3.4 já se observa uma notável produção em Piraúba e Tabuleiro, visto que estas se elevaram à categoria de cidade em 1953. Neste período, Guarani destacou-se na produção de leite e cana de açúcar, Mercês sobressaiu-se na produção de leite e no cultivo de milho e Rio Pomba evidenciou uma elevada produção de leite, de milho e cana-de-açúcar. Apesar da produção de leite ter sido elevada em Rio Pomba neste período, ao compará-la com a produção de 1950, é notório um declínio relevante desta produção de uma década para outra. Entretanto, não há dados que expliquem este declínio. Uma possível explicação é de que, na verdade, não houve essa queda. Acontece que, em 1950, a produção econômica das cidades de Piraúba e Tabuleiro estavam contabilizadas na de Rio Pomba, pois aquelas pertenciam a esta. Como ambas já tinham sido emancipadas em 1960, a produção das mesmas deixou de estar contabilizada dentro da produção de Rio Pomba.

**Tabela 3.4 - Produção agropecuária de Rio Pomba e seu distrito e ex distritos em 1960 (tn e litros)**

<b>Cidades</b>	<b>Arroz</b>	<b>Cana de açúcar</b>	<b>Café</b>	<b>Fumo</b>	<b>Milho</b>	<b>Leite</b>	<b>Feijão</b>
<b>Guarani</b>	860	4.868	325	834	1.684	24.088.000	192
<b>Mercês</b>	603	864	361	3	2.792	21.618.000	203
<b>Piraúba</b>	641	645	3	408	2.939	9.309.000	87
<b>Rio Pomba</b>	491	3.080	451	505	3.368	28.948.000	154
<b>Silveirânia</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Tabuleiro</b>	632	2.677	382	118	1.535	17.514	300

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Em 1962, Silveirânia desmembrou-se de Rio Pomba e passou a ser considerado município. Com base na Tabela 3.5, no ano de 1974 esta cidade possuía uma produção agropecuária com destaque para a produção de leite. Como já foi dito anteriormente, fez-se necessário demonstrar a produção de alguns produtos agrícolas no município de Rio Pomba depois que este perdeu todos os seus distritos. Para isso seria necessário usar

os dados do censo de 1970, visto que o ultimo desmembramento ocorreu em 1962. Entretanto, neste censo não foi encontrado dados a respeito da produção de leite dos municípios. Assim, foram utilizados os dados de 1974.

**Tabela 3.5 - Produção agropecuária de Rio Poma e seus ex distritos em 1974 (tn e litros)**

<b>Cidades</b>	<b>Arroz</b>	<b>Cana de açúcar</b>	<b>Café</b>	<b>Fumo</b>	<b>Milho</b>	<b>Leite</b>	<b>Feijão</b>
<b>Guarani</b>	3.600	12.385	36	480	2.520	4.589.000	442
<b>Mercês</b>	1.054	16.120	231	13	3.380	3.604.000	212
<b>Piraúba</b>	6.000	3.739	-	735	3.250	1.135.000	294
<b>Rio Pomba</b>	1.152	6.368	-	227	1.875	4.168.000	236
<b>Silveirânia</b>	584	3.330	82	48	783	1.612.000	40
<b>Tabuleiro</b>	760	2.220	128	71	1.215	3.213.000	54

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

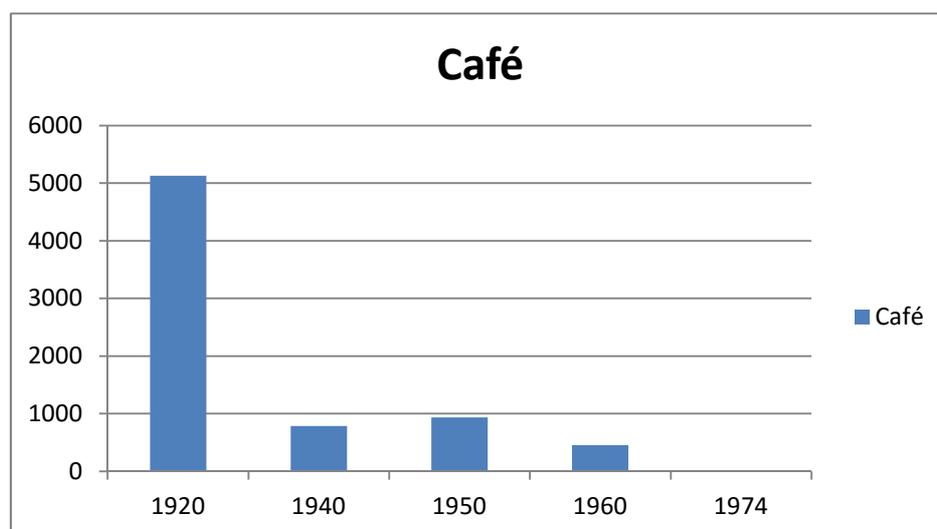
Dentro desta perspectiva, cada distrito foi ganhando autonomia e obtendo, desta forma, sua independência, elevando-se à categoria de cidade, desmembrando-se de Rio Pomba.

### **3.2. Análise da produção agropecuária de Rio Pomba- 1920 a 1962**

Para analisar a produção agropecuária de Rio Pomba foram utilizados os mesmo produtos das análises do subitem 3.1 no recorte temporal de 1920 a 1974.

É evidente, como se verifica no Gráfico 3.1 a seguir, o declínio da produção de café no município de Rio Pomba, produto este que era considerado importante por compor a pauta de exportação do país.

**Gráfico 3.1 – Produção cafeeira em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn)**



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Com o aumento do preço do café na primeira metade do século XIX, o café começa a adentrar na província mineira (PAULA, 2006), “estabelecendo-se nos vales dos rios Pomba e Paraibuna” (p.195).

Assim, o café penetra Minas Gerais. A princípio, o café vai se estabelecer na área limítrofe com a província do Rio de Janeiro, área denominada “sul”, que engloba os municípios de Juiz de Fora, Matias Barbosa, Mar de Espanha, Além Paraíba etc, devido a facilidade de escoar a produção até o porto, por meio de tropas de mula. (p.195)

Em Rio Pomba havia produção de café. Porém, a porção sul da zona da mata era a que mais se destacava na produção desta rubiácea. Observa-se esta característica na tabela a seguir, onde se compara a produção de café em Rio Pomba, que constitui um município da sub-região central e Juiz de Fora, município que compõe a porção sul da Mata mineira:

**Tabela 3.6 - Produção cafeeira em Rio Pomba e Juiz de Fora entre 1920 a 1974 (tn)**

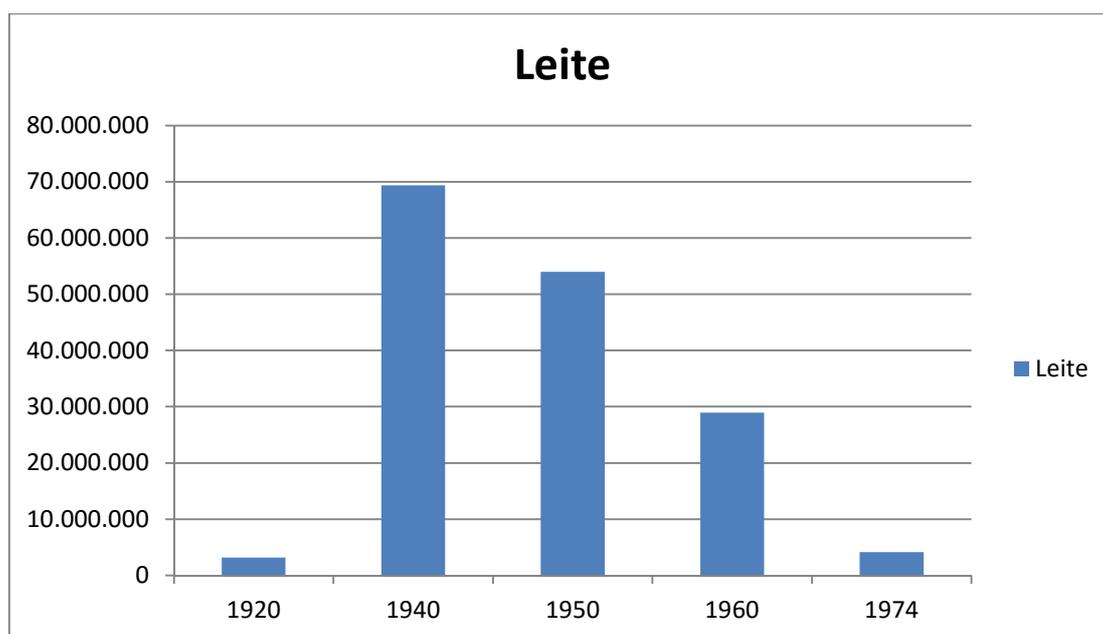
<b>Ano</b>	<b>Rio Pomba</b>	<b>Juiz de Fora</b>
1920	5.131	8.826
1940	783	1.464
1950	937	1.286
1960	451	1.249
1974	-	953

Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

De acordo com Destro (2006), com a crise dos preços do café a partir de 1930, período no qual “corresponde ao final do domínio da economia agrária voltada para a exportação na região” (p.35) da Zona da Mata mineira, o Estado mineiro passou a incentivar uma diversificação da produção agrícola e também estabeleceu uma série de medidas quanto ao maior desenvolvimento da pecuária, ampliando sua produção (DESTRO, 2006). “Uma vez que as medidas tomadas tinham um alcance geral, incidiam assim em todo o Estado e, dessa forma, atuavam em regiões em que a pecuária ainda era incipiente ou pouco desenvolvida [...]” (p.45).

Deste modo, em consonância com os dados apresentados observa-se o gráfico 3.2 no qual retrata a produção de leite em Rio Pomba nos anos de 1920 a 1974:

**Gráfico 3.2 - Produção de leite em Rio Pomba- 1920 a 1974 em litros**

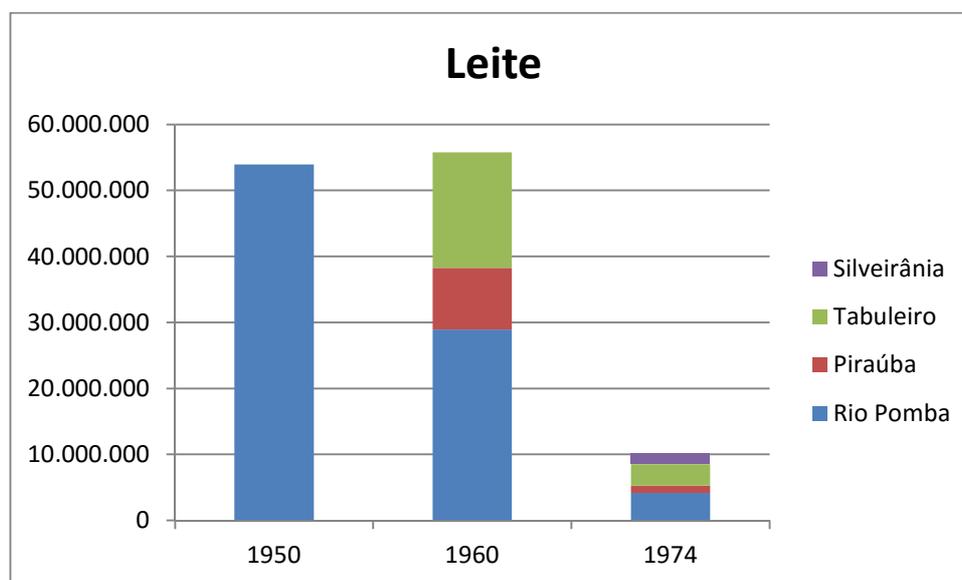


Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Com base na análise do Gráfico exposto, a partir de 1940 até 1974 a produção láctea reduziu. Acredita-se que talvez tenha ocorrido algum equivoco de mensuração quanto à unidade de medida do censo de 1974 a respeito da produção de leite, mas não há subsídios para fazer esta análise.

Uma provável explicação para a queda acentuada da produção de leite entre as décadas de 40 e 50 é a hipótese de que os censos deste período utilizaram metodologias diferentes para definir quais propriedades eram considerados estabelecimentos rurais. Para explicar a queda acentuada entre 1950 a 1960, considera-se a hipótese de que, como em 1960 Piraúba e Tabuleiro já eram consideradas cidades, a produção de ambas não foi mais contabilizada junto à de Rio Pomba, diminuindo assim a produção riopombense no censo deste período. Acredita-se que em 1974, como Silveirânia foi elevada à categoria de cidade em 1962, sua produção de leite não foi mais contabilizada junto à de Rio Pomba. Para observar melhor esta hipótese verifica-se o Gráfico 3.3:

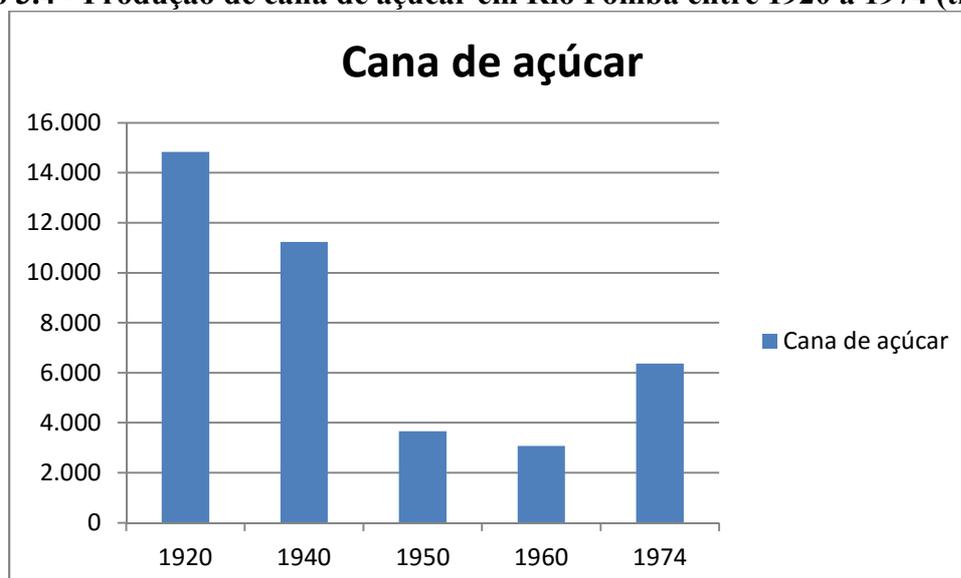
**Gráfico 3.3 - Produção de leite em Rio Pomba. Piraúba, Tabuleiro e Silveirânia - 1950 a 1974 em litros**



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

O Gráfico 3.4 evidencia a evolução da produção de cana de açúcar em Rio Pomba entre 1920 a 1975:

**Gráfico 3.4 - Produção de cana de açúcar em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn)**

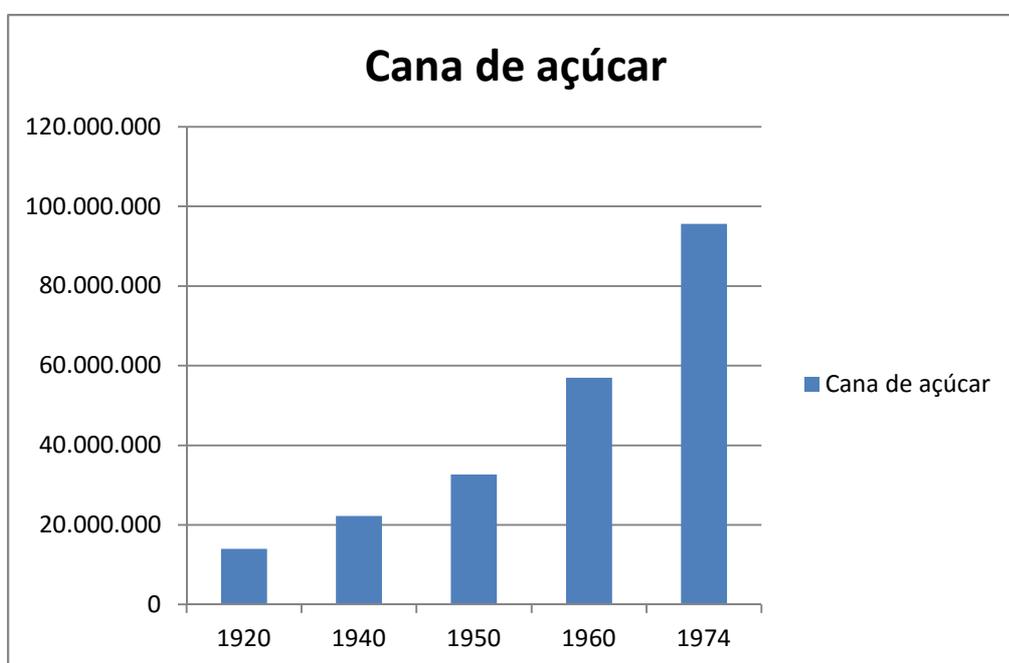


Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Conforme visto, é flagrante uma perda do dinamismo na produção de cana de açúcar até a década de 60. Entretanto, a partir deste período há uma recuperação quanto ao total de cana de açúcar. Não há uma explicação clara para esse comportamento, visto que a perda de dinamismo da produção deste produto não é acompanhada pela produção do mesmo no país. Para tanto, vejamos os dados contidos no Gráfico 3.5 seguinte.

Para explicar o declínio da produção da década de 20 até a década de 50, deve-se considerar a hipótese de que neste período os censos utilizaram diferentes metodologias para definir quais propriedades poderiam ser consideradas como estabelecimentos rurais a fim de contabilizar a produção agropecuária das mesmas.

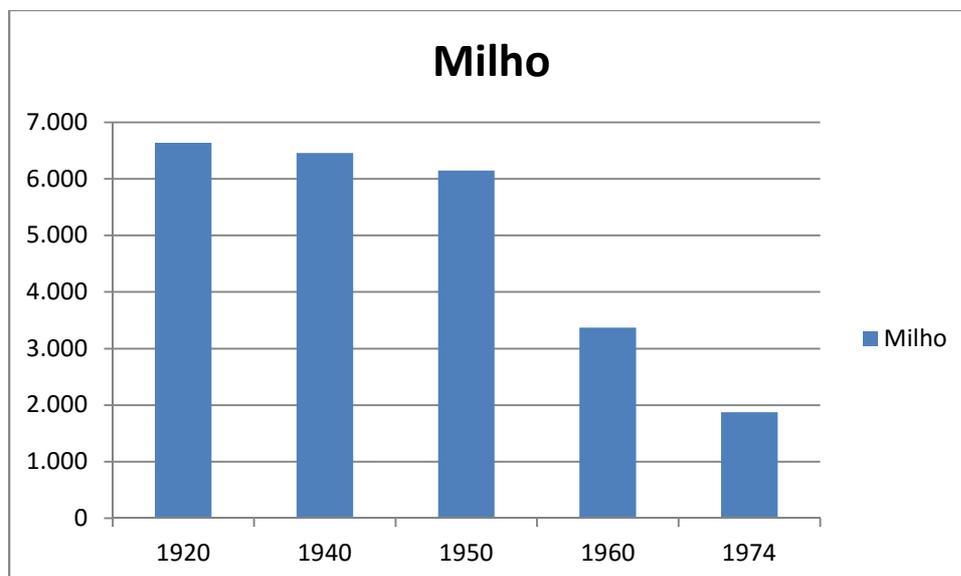
**Gráfico 3.5 – Produção de cana de açúcar no Brasil entre 1920 a 1974 (tn)**



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

O Gráfico 3.6 mostra a produção de milho rio-pombense entre o período de 1920 a 1974.

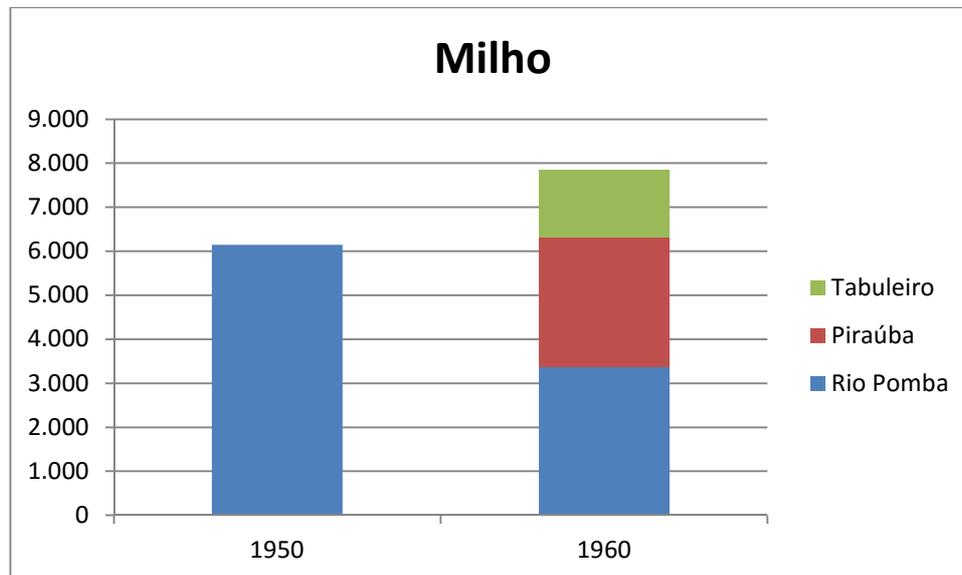
**Gráfico 3.6 - Produção de milho em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn)**



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Conforme se pode observar, a maior produção de milho em Rio Pomba ocorreu em 1920, a partir desta data verificou-se uma tendência de declínio. Observa-se uma queda mais acentuada da produção entre as décadas de 50 a 60. Para explicar essa queda acentuada, deve-se levar em consideração a hipótese de que, como em 1960 Piraúba e Tabuleiro já eram consideradas cidades, a produção de ambas não foi mais contabilizada junto à de Rio Pomba, diminuindo assim a produção rio-pombense no censo desta década. Para uma maior clareza desta hipótese, observa-se o Gráfico 3.7:

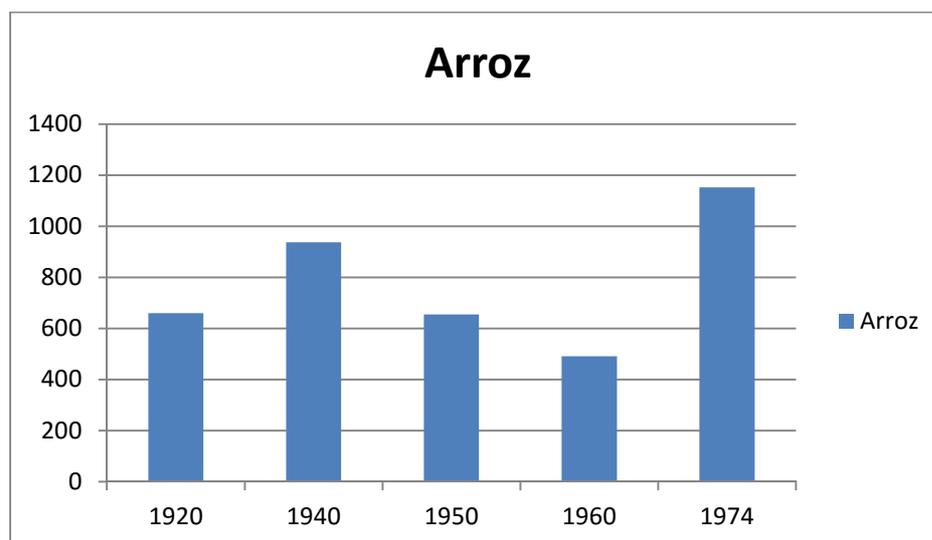
**Gráfico 3.7- Produção de milho em Rio Pomba, Piraúba e Tabuleiro entre 1950 a 1960 (tn)**



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

O Gráfico 3.8 corresponde à produção de arroz no município de Rio Pomba entre a década de 20 e de 70:

**Gráfico 3.8 - Produção de arroz em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn)**

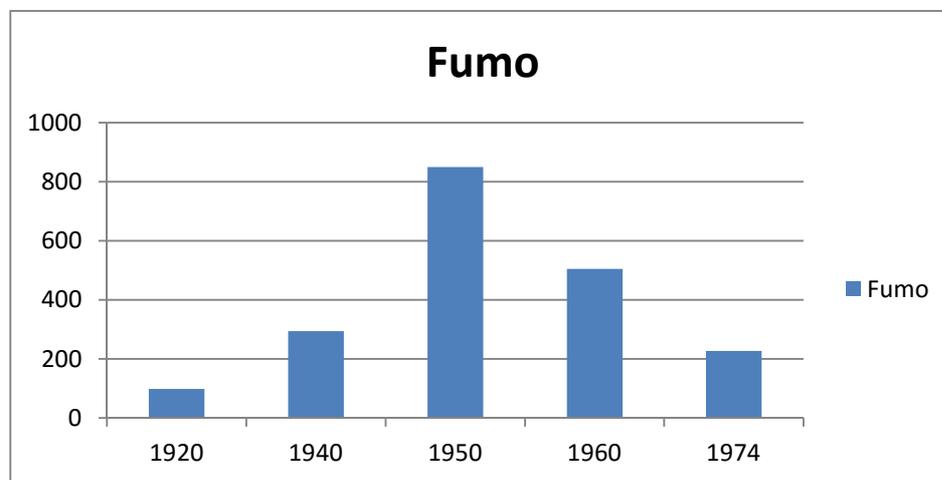


Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Verifica-se um aumento na produção de arroz no censo de 1940. Porém, a partir desta data observa-se uma decaída nesta produção, revertida a partir de 1960.

O Gráfico 3.9 indica a variação da produção de fumo em Rio Pomba, entre o período de 1920 a 1974:

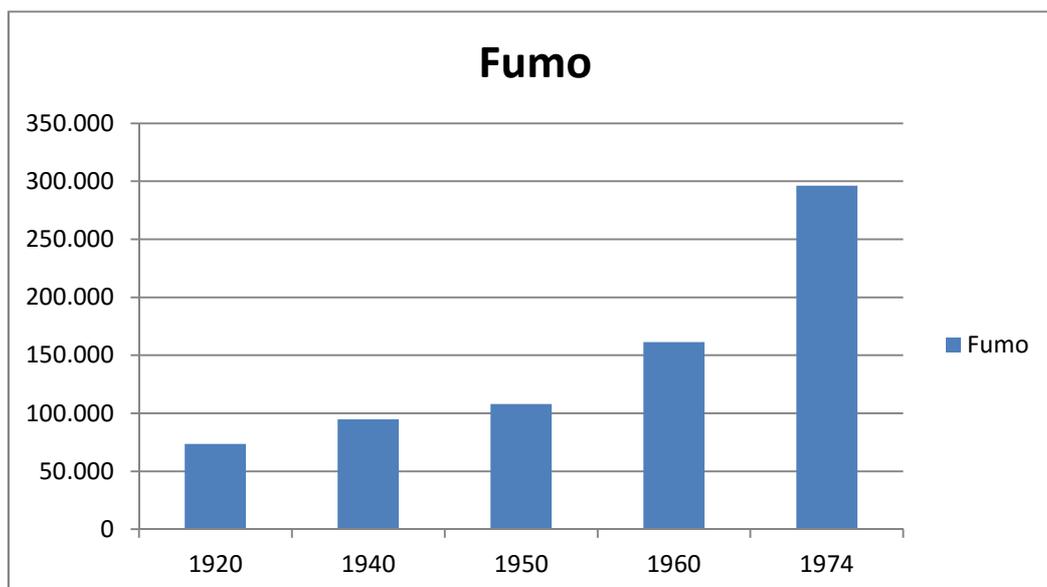
**Gráfico 3.9 - Produção de fumo em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn)**



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Pelo que se vê, a produção de fumo no município foi ascendente até meados da década de 50. A partir daí há uma tendência de declínio, ao contrário da produção do país que esteve em ascensão desde 1920, como pode ser observado no Gráfico 3.10 a seguir:

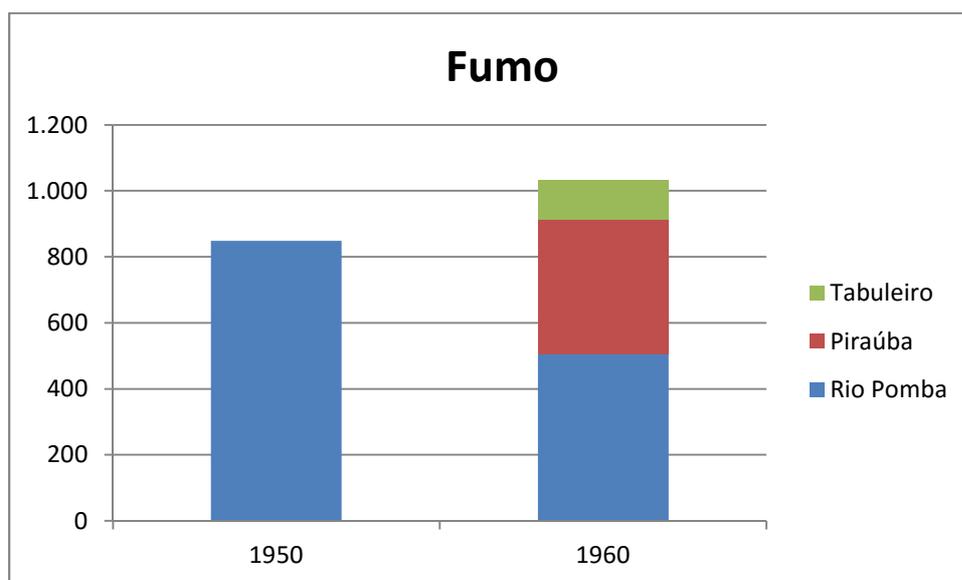
**Gráfico 3.10- Produção de fumo no Brasil entre 1920 a 1974 (tn)**



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Ou seja, a produção de fumo rio-pombense teve um comportamento irregular se comparada à produção nacional. Para explicar a queda da produção de fumo em Rio Pomba entre 1950 a 1960, deve-se considerar a hipótese de que, em 60, Piraúba e Tabuleiro já eram consideradas cidades e a produção delas não era mais contabilizada junto à de Rio Pomba. Para melhor análise desta hipótese, segue o Gráfico 3.11:

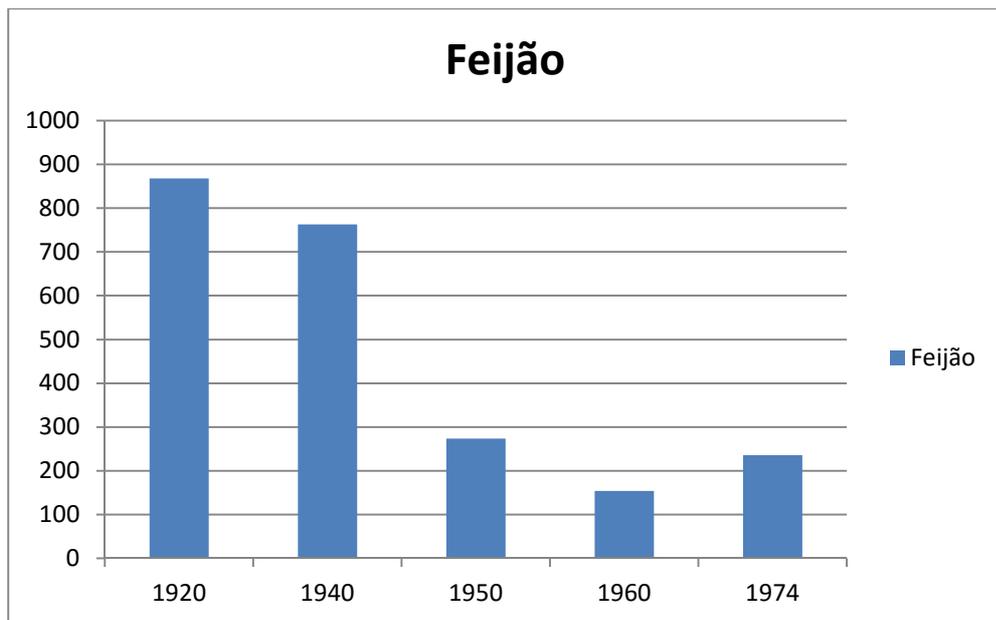
**Gráfico 3.11: Produção de fumo em Rio Pomba, Piraúba e Tabuleiro entre 1950 a 1960 (tn)**



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

No Gráfico 3.12 a seguir observa-se a evolução da produção de feijão no município de Rio Pomba de 1920 a 1974.

**Gráfico 3.12 - Produção de feijão em Rio Pomba entre 1920 a 1974 (tn)**

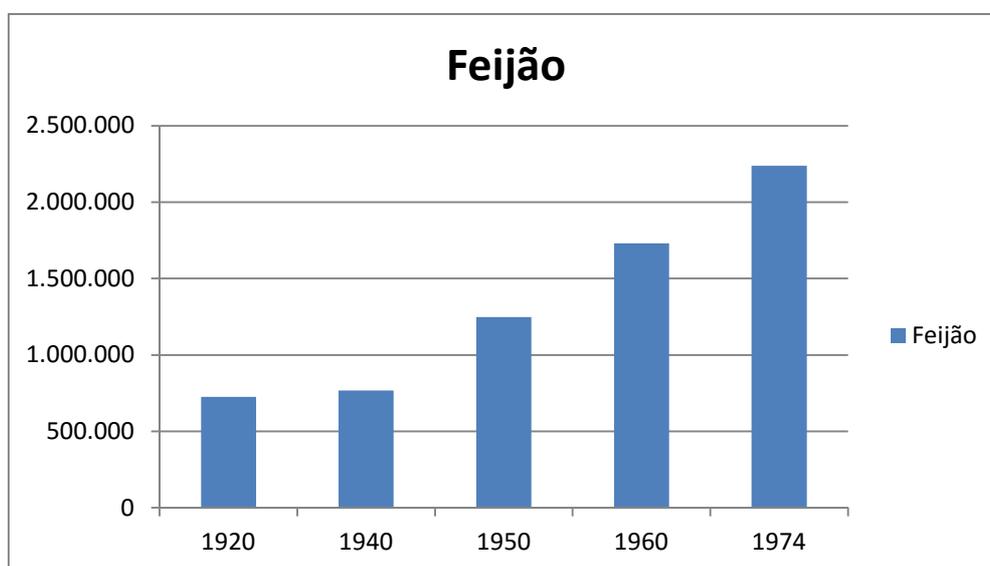


Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Muito embora o município tenda a apresentar uma perda de dinamismo na produção de feijão até 1960, a partir desta data há uma recuperação parcial desta produção agrícola. A evidente queda da produção que ocorreu da década de 40 para a de 50 deve-se, possivelmente ao fato do censo usar metodologias diferentes para conceituar quais propriedades eram consideradas estabelecimentos rurais.

Os dados contidos no Gráfico 3.13 assinalam a produção desta mesma rubriúcea no país:

**Gráfico 3.13- Produção de feijão no Brasil entre 1920 a 1974 (tn)**



Fonte: Elaboração própria, baseado em dados do Ipeadata (2015)

Por esta figura fica claro, ao compará-la com a anterior, que a produção desta rubiácea no município de Rio Pomba percorreu uma trajetória inversa à produção do país. Entretanto, não há elementos ou informações que permitam explicar esse comportamento.

Por conta do comentado nos parágrafos anteriores, parece lícito concluir que Rio Pomba, que antes tinha uma grande extensão territorial, como ficou demonstrado na Figura 3, a partir do século XX foi perdendo os seus últimos distritos.

Cabe também ressaltar que o município, entre 1920 a 1962, teve como destaque a produção de leite e a produção de milho e cana de açúcar, estas, por sua vez, responsáveis pela colonização da cidade.

## 4 CONCLUSÃO

Foi possível perceber, ao longo deste trabalho, que, com o declínio da mineração, ocorreu uma procura por terras agricultáveis e formas de produzir riqueza, ocasionando uma expansão territorial a qual atingiu o Sertão do Leste, onde posteriormente se localizou Rio Pomba. Assim, a colonização da sub-região central da Zona da Mata Mineira, a qual está inserida a referida cidade, ocorreu na segunda metade do século XVIII, com o declínio das jazidas de ouro, mais precisamente por volta de 1767 a 1800.

Depois que o Padre Manoel de Jesus Maria pacificou os indígenas da região, muitas pessoas deslocaram-se para lá à procura de terras férteis e, até mesmo, ouro. Isto posto, a população desta região foi constituída por homens que tinham poucos recursos e poucos escravos e por indígenas que foram sedentarizados e, de certa forma, escravizados. A não especialização era característica da agricultura da área central e havia produtores que conseguiam abastecer tanto o consumo interno quanto o mercado externo à região. Assim, a produção agrária voltada para o mercado, e que foi de fundamental importância para viabilizar a colonização desta região, encontra-se, além da produção de cana de açúcar para a fabricação de cachaça, a produção de milho que servia como alimento básico para a população e era usado para atender às necessidades da alimentação animal, que no caso da área central da Mata, a criação de porcos.

Através de um breve histórico da produção agropecuária de Rio Pomba e seus ex-distritos, pôde-se observar as transformações econômico-administrativas riopombense no período de 1920 a 1962. Ao analisar as transformações econômicas do município em questão, observou-se que a produção de café, um produto de grande importância por compor a pauta de exportação do Brasil, declinou até o seu fim, em 1974. Em contrapartida ao comportamento da produção desta rubiácea, o Estado mineiro, diante da crise do café a partir de 1930, incentivou o desenvolvimento da pecuária. O rebanho prevaiente em Rio Pomba era o gado bovino de cunho leiteiro, daí a importância da produção de leite nesta cidade. Ainda incentivou a diversidade da produção agrícola e o que se destacou foi o cultivo de produtos como milho e cana de açúcar, posto que estes foram responsáveis pela colonização do município.

Quanto às transformações no âmbito administrativo, observou-se que Rio Pomba possuía uma extensa dimensão territorial e, com o passar do tempo, foi sofrendo uma perda de território até o ponto em que, a partir do século XX, perdeu os seus últimos

distritos que foram elevados à categoria de cidade. Seu território ficou simplificado ao que até o presente é a cidade.

## REFERÊNCIAS

CARRARA, Angelo Alves. **Estruturas Agrárias e capitalismo, contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**, 1999.

CARRARA, Angelo Alves. **A Zona da Mata Mineira: diversidade e continuísmo: (1935 – 1909)**. 1993 [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <angelo.carrara@gmail.com>. em 12 Set. 2015.

CASTRO, Natália Paganini Pontes de Faria. **Civilização e cristianização dos índios Coropós e Coroados: a atuação catequética do Reverendo Manoel de Jesus Maria na Região do Rio Pomba (1767 – 1811)**. 2008.

Disponível em:

<encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212973540\_ARQUIVO\_Trabalho completoAnpuh-Rio.pdf>.

Acesso em: 03 Jul. 2014.

COSTA, Joaquim Ribeiro; RIBEIRO, Sylvio de Miranda. **Toponímia de Minas Gerais, com estudo histórico da divisão territorial e administrativa**. Belo Horizonte. Edição própria, 2010.

DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DESTRO, José Augusto de Souza. **Café e pecuária em Juiz de Fora – 1896-1930**. 2006

Disponível em: < <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo03.pdf>>

Acesso em: 16 Ago. 2015

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. 1959.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HELOISA, Meira. **Batismo e compadrio de índios: um balanço bibliográfico e um estudo de fontes batismais do aldeamento de Rio Pomba e Peixes (MG), 1767-1787**. 2006.

Disponível em:

<[http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2006/download/I-seminario-historia-ichs-ufop\(2006\)-n47.pdf](http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2006/download/I-seminario-historia-ichs-ufop(2006)-n47.pdf)>

Acesso em: 10 Jan. 2015

IBGE. 2015. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: Jul. – Set. 2015

IBGE. **Cidades**. 2015

Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>

Acesso em: 5 Jul. 2015.

**IBGE. Memórias.** 2015

Disponível em: <memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-agropecuarios.html>

Acesso em: 12 Set. 2015

**IBGE. Recenseamento do Brasil: Agricultura.** Volume 3 (1ª parte). 1923

Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6452.pdf>

Acesso em: 12 Set. 2015

**IBGE. Recenseamento Geral do Brasil.** Volume 3. 1950.

Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd\_1940\_v3\_br.pdf>

Acesso em: 12 Set. 2015.

**IBGE. Série Regional.** Volume 30. 1956.

Disponível em:

<[biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v30\\_t2\\_go.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v30_t2_go.pdf)>

Acesso em: 12. Set. 2015.

**IPEADATA.** Disponível em: < [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) > Acesso em: Jul. – Nov. 2015

LAMAS, Fernando Gaudereto. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767 – 1820).** 2013. [Lamas 2013b].

Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1537.pdf>>

Acesso em: 12 Nov. 2014

LAMAS, Fernando Gaudereto. **Disputas agrárias no fim dos Setecentos: a área Central da Mata mineira (1767-1800) .** 2012.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/1984-9222.2012v4n8p26/24533>>

Acesso em: 10 Jan. 2015

LAMAS, Fernando Gaudereto. **Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII.** 2013. [Lamas, 2013a].

Disponível em:

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/exto01.pdf>>

Acesso em: 03 Jul. 2014

**LICHT.** Disponível em: <[licht.io.inf.br/mg\\_mapas/mapa/cgi/iga\\_comeco1024.htm](http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm)>

Acesso em: 08 Jul. 2015

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata mineira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PAIVA, Adriano Toledo. **Os indígenas e os processos de conquista dos Sertões de Minas Gerais (1767 – 1813)**. Belo Horizonte, MG : Argvmentvm, 2010.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. ... **E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a ‘Manchester Mineira’ que se transformou num “baú de ossos”. História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”**. 2006.

Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000378898](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000378898)>

Acesso em: 15 Jul. 2015

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, Lincoln Gonçalves . **A agroindústria da cana-de-açúcar na zona da mata mineira**. 2012

Disponível em:

<[http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Lincoln\\_Gon%C3%A7alves\\_Rodrigues\\_A-AGROIND%C3%A9ASTRIA-DA-CANA-DE-A%C3%87%C3%9ACAR-NA-ZONA-DA-MATA-MINEIRA.pdf](http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Lincoln_Gon%C3%A7alves_Rodrigues_A-AGROIND%C3%A9ASTRIA-DA-CANA-DE-A%C3%87%C3%9ACAR-NA-ZONA-DA-MATA-MINEIRA.pdf)>

Acesso em: 07 Fev. 2015

SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba/Sinval Batista Santiago**. BH: Imprensa Oficial, 1991.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata mineira no século XVIII e a primeira metade do XIX**. 2009.

Disponível em: [www.ufmg.br/rededemuseus/crch/soares\\_cartografia-e-ocupacao-do-territorio-a-zona-da-mata-mineira.pdf](http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/soares_cartografia-e-ocupacao-do-territorio-a-zona-da-mata-mineira.pdf)

Acesso em: 03 Jul. 2015.

TAVARES, Aparecida de Fátima. **Entre o café e o açúcar: perfil econômico dos produtores de Visconde do rio branco (1870-1889)**. 2013.

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2013/03/Aparecida-de-F%C3%A1tima-Tavares.pdf>>

Acesso em: 07 Fev. 2015

VIEIRA, Daiana Lucas. **A formação das “áreas Proibidas”: a Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe dos índios Croatos e Cropós (1767 – 1800)**, 2008.

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/rehb/files/2010/03/v10-n1e2-a17.pdf>>.

Acesso em: 03 Jul. 2014

VITTORETTO, Bruno Novelino. **O café antes do café: Produção agrária no Vale do Parahybuna (1830 – 1854)**. 2012.

Disponível em:

<<http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2012/arquivos/O%20CAF%C3%89%20ANTES%20DO%20CAF%C3%89.pdf>>

Acesso em: 25 Set. 2014

